

ATA DA 760ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO, REALIZADA NO DIA 29 DE JULHO DE 2024

1) DATA E PRESENÇA

Dia vinte e nove de julho do ano dois mil e vinte e quatro, em segunda convocação, às vinte horas, tendo assinado a lista de presença cento e sessenta e seis Conselheiras e Conselheiros.

2) MESA DIRETORA

Presidente:	Guilherme Domingues de Castro Reis
Vice-Presidente:	Ricardo Luiz Iasi Moura
Primeira Secretária:	Alessandra Pinheiro Fachada Bonilha
Segunda Secretária:	Ana Paula Melo Atanes
Terceira Secretária:	Karim Christine Donatelli Di Tommaso Latorre

3) ABERTURA DOS TRABALHOS

Presidente – Declarou instalada a reunião e cumprimentou os presentes e os que estavam assistindo a transmissão pelo YouTube. Por oportuno, registrou que o Conselho Deliberativo do Esporte Clube Pinheiros não autoriza a divulgação das imagens, nem a reprodução total ou parcial dos pronunciamentos feitos na tribuna ou da Mesa do Conselho, a não ser pelos meios oficiais, que são: a ata da respectiva reunião e a transmissão online para associados, protegidas por senha. Em seguida, determinou a execução do Hino do Esporte Clube Pinheiros.

- *É executado o Hino do Esporte Clube Pinheiros*

4) EXPEDIENTE

Posse de Suplentes

Presidente – Empossou no cargo de Conselheiro os seguintes os Suplentes convocados para esta reunião: Grupo A: Chapa Pinheiros de Todos Nós - Período 2024/2030: Cleide Frasco Marrese; Chapa Participação Pinheiros - Período 2024/2030: Layr Barci Filho e Edgar Schizzi Cambiaghi; Chapa Pinheiros Sempre - Período 2024/2030: Luís Eduardo Pinheiro Lima; Chapa Pinheirenses - Período 2024/2030: Analice Cajueiro Fernandes e Giselda Puglisi Napoli; Grupo B: Chapa Unidos pelo E.C.P. - Período 2024/2030: Paulo Octavio Pereira de Almeida, Robert Metzner, Luiz Eduardo Martins Castro, Ana Beatriz de Oliveira Pavan e Cristina Helena Mitsubayashi Corrêa; Chapa Pinheirenses - Período 2022/2028: José Negreiros Bruno, Período

2024/2030: Cássia Maria Rúbio Perim, Heloísa Checchia, Fábio Luiz Rosa Tatit, Elizabeta Malagoli e Rita de Cássia Nogueira Lobo Rodrigues de Souza; Chapa Participação Pinheiros - Período 2024/2030: Roberto Ferreira de Moura Braga Junior, Roberto Carlos Fazilari, Rodrigo Junqueira, Artur Santos Neto, Henrique Frota Paschoa, Gervásio Ângelo Teixeira, Rodrigo Reichert Campos de Pinho, Maria Aparecida Alvarenga dos Santos, Lucia Surian Moreira, Ivan Frug e Celia Cristina Nelli Soares; Chapa Pinheiros Sempre - Período 2024/2030: Ricardo Vieira de Souza, Adriana de Mendonça Balzano, Mariângela Costa de Oliveira, Cleantho de Camargo e Silva, Pedro Carvalho Donato e Antonio Aloj; e, Chapa Federação Pinheiros - Período 2024/2030: Ana Beatriz Ferreira Ribeiro, Roberto Dias Leme e Maria Angélica Leite de Souza. Não compareceram, embora convocados, os seguintes Suplentes do Grupo B: Chapa Unidos pelo E.C.P. - Período 2020/2026: Hamilton Pícolo Guidorizzi, Período 2022/2028: Fabio Ferreira de Siqueira e Nelson Roesch Aerts e Período 2024/2030: Rodrigo Berber Villar; Chapa Pinhenses - Período 2024/2030: Miguel Arcanjo Spada e Estevão Augusto Oller Scripillitti; Chapa Federação Pinheiros - Período 2024/2030: Celso Luiz Borrelli; e, Chapa Pra Frente Pinheiros - Período 2020/2026: Ricardo Vano Minguez.

5) EXPEDIENTE FORMAL

Comunicações da Mesa, da Diretoria e dos Conselheiros, bem como propostas de caráter cívico, votos de pesar e de júbilo.

Presidente – Em nome da Mesa, propôs votos de pesar e que fosse observado um minuto de silêncio em memória do ex-Conselheiro Ayrtton Rodrigues Liberado, ex-Presidente da Comissão Permanente de Sindicância, ex-Diretor de Serviços Gerais e ex-Diretor de Campo, pai do Conselheiro Marcelo Fincato Liberado e do Associado Flávio Luiz Fincato Liberado e marido da Associada Regina Maria Bussolan Sophia, bem como do Sr. Hermes Sanchez Cruz, pai do Conselheiro Roberto Suini Sanchez. Foi observado um minuto de silêncio. Dando continuidade, submeteu ao Plenário, tendo sido acolhidas as seguintes proposições: votos de louvor: 1) de iniciativa do Conselheiro Ricardo Vieira de Souza, ao Sr. José Samuel dos Santos, Zelador do vestiário masculino do Tênis, carinhosamente chamado de Samuca, pelos relevantes serviços prestados ao Clube há mais de 40 anos; 2) de autoria do Conselheiro Luiz Fernando Cimino Loureiro, à associada Antonella Dinucci, pela conquista do vice-campeonato sul-americano de Esgrima, na categoria espada; 3) propostos pelo Conselheiro André Guena Reali Fragoso, aos associados Guilherme Coelho, Niklas Cappellano e Eduardo Carraresi, todos formados na escolinha do Clube, pela participação nos Campeonatos Mundiais de Polo Aquático, categorias Sub 16 e Sub 18, realizados em Malta e Argentina; e, 4) de iniciativa do Conselheiro Carlos Roberto Sá de Miranda Bório, reportando que em junho de 2024, foram realizadas no Clube a mostra artística "Gala de Dança do ECP" e a peça teatral "Nossa Cidade", com a participação de associados e funcionários, aos quais estendeu cumprimentos; bem como destacando que na mostra "Gala de Dança do ECP" tivemos ainda a participação de grupos coirmãos, aos quais propôs votos de agradecimento, a saber: Ballet Paraisópolis, Clube Paineiras do Morumbi, Gisele Bellot Escola de Dança, Mari Move – Espaço Steps, La Fille Dance Academy.

André Guena Reali Fragoso – Manifestou-se em primeiro lugar, tendo em vista se encontravam no plenário atletas da Seção de Futebol Menor. Reportou que um total de quase 146 atletas, com 19 professores do Sub11 ao Sub15 do Clube foram para Portugal, Espanha, Estados Unidos, Helsinki, na Finlândia e na Suécia, no Gothia Cup. Parabenizou esses atletas, que vestiram a camisa do Esporte Clube Pinheiros com muita força e coragem, destacando, dentre os grandes feitos, o 3º lugar do Sub15, Blue, em Helsinki, que é um feito muito importante; o bicampeonato da USA CUP no final de semana e torneio da semana inteira do Sub11, White. E um destaque especial, ao time feminino, que conquistou o 2º lugar no torneio durante a semana inteira, com várias equipes femininas dos Estados Unidos e Canadá. Salvo engano, foi a primeira viagem de um grupo feminino de seleção do Clube. Enalteceu, ainda, a contribuição do Professor Maurício Machado, principalmente porque o grupo feminino teve uma série de problemas no retorno ao Brasil, e, mesmo não sendo o responsável por essa equipe, ele mudou o seu voo e aguardou até o embarque das atletas, na quarta-feira, voo de mais 24 horas de Mineápolis até São Paulo, quando chegaram aqui na quinta-feira, às 9h30. Pediu ao Presidente que permitisse que os atletas fizessem o grito deles do Clube no Plenário.

Presidente – Concordou plenamente.

- É entoado o grito.

- O Plenário aplaude em pé.

Os homenageados são os seguintes: 1) Portugal e Espanha: FOOTMANIA (Caldas da Rainha/Portugal - 26 a 30/06/2024): Sub 12 Seleção: 6º lugar, Sub 13 Seleção: 4º lugar e Sub 13 Futebol Base: 10º lugar; DONOSTI CUP (San Sebastian/Espanha - 01 a 07/07/2024): Sub 12 Seleção: 122 equipes participantes, ECP ficou em 34º lugar, Sub 13 Seleção: 84 equipes participantes, ECP ficou em 36º lugar e Sub 13 Futebol Base: 84 equipes participantes, ECP ficou em 54º lugar; DELEGAÇÃO ECP: 46 atletas associados + 6 Professores; Delegação sub 12 Seleção : Arthur Soares Cmargo Bartolomei, Bernado Moraes Landgraf, Bruno Ayres Barreto, Diego Assumpção Ghizzi, Eduardo Rassi Correa Fonseca, Enzo Mangino, Felipe Viera de Souza Mifano, Gabriel Bareboim Castro, Guilherme de Brito Machado Dias, Gustavo Rassi João Simamura, João D’Allesandro Frazão, Pedro Terra Fanchin. COMISSÃO TÉCNICA: Paolo Gois de Jesus, Carlos Alberto Dias Pereira; Delegação Sub 13 Seleção: Caio Assumpção Ghizzi, Eduardo Varanda Manderback, Felipe Gurian Achcar, Felipe Molinari Khadur, Fernando Ferraz Figueiredo, Gabriel Freire Loureiro, Gabriel Romano Boaventura Pacifico, Guilherme Westphal Vieira, Gustavo Tokio Kikuchi, Henrique Galli Ferreira Barioni, Luca Figueiredo Cardoso, Luca Freire Loureiro, Luca Refinetti Werner, Lucca Nogueira Leoni, Rodrigo Rassi Correa Fonseca, Theo Funaro Ricciarelli Funaro, Theo Moraes Barros Garofalo, Vitor Fontana La Laina. COMISSÃO TÉCNICA: Aparecido Carlos Batista, Mauricio Murias Machado; Delegação Sub 13 Futebol Base: Antonio Oliveira Menoita, Ricardo Chicca Xirau, Luca Moreira Do Val, Rafael Martins Nogueira, Gabriel Barbosa Rego M. Teixeira Marques, Pedro Miziara Queiroz, Joaquim Calabro Gusmão, Pierre-Louis Rovai Hieaux, André Simões Americano Magalhães, Pietro Diegoli Pipponzi, Pedro Machado Pizzinatto, André Almeida Leite Mendonça Barros, José Pires Oliveira Dias Filho, Luigi Borsari, Francisco Domingues Zanchi e Mateus Yoshimori Oliveira. COMISSÃO TÉCNICA: Nivaldo

da Silva Santos, Gabriel Santiago dos Santos e Mauricio Murias Machado; 2) Estados Unidos – Minneapolis: USA CUP WEEKEND (Blaine/Minnesota/Estados Unidos - 12 a 14/07/2024): Sub11 Seleção Blue e White: 40 equipes participantes, ECP CAMPEÃO White e 6º lugar Blue, Sub12 Feminino: 16 equipes participantes, ECP ficou em 3º lugar e Sub 12 Futebol Base Blue e White: 48 equipes participantes, ECP ficou em 5º lugar Blue e White não avançou aos playoffs; USA CUP WEEKLONG (Blaine/Minnesota/Estados Unidos - 12 a 14/07/2024): Sub 11 Seleção Blue e White: 55 equipes participantes, ECP CAMPEÃO White e 5º lugar Blue, Sub 12 Feminino: 8 equipes participantes, ECP ficou em VICE-CAMPEÃO e Sub 12 Futebol Base Blue e White: 72 equipes participantes, ECP ficou com o VICE-CAMPEÃO White e VICE-CAMPEÃO Taça Prata Blue; DELEGAÇÃO ECP: 65 atletas associados(as) + 9 Professores(as); Delegação Sub11 Blue: Antonio Bagnariolli Accurti, Antonio Terra Fanchin, Eduardo Macedo Mello, Enrico Leal Caruso, Enzo Santos Guimarães, Felipe Buchaim Santos Gagliardi, Guilherme Bechtold Margoni, João Maranhã Crestana, Joaquim Mendes Galante, Murilo Murta Carvalho Silveira, Pedro Mariano Affonso, Pietro Borsari, Victor Jordan Zanni. Comissão Técnica: Paulo Gois de Jesus, Carlos Alberto Dias Pereira; Delegação sub 11 WHITE: Antonio Furlanetto Ribeiro, Antonio Maximo Lacerda de Oliveira, Arthur Borsato Bernaba Jorge, Bruno Morato Galesi, Diego Mendes, Francisco Fontes Lacerda, Frederico Gazzoni Taurisano, João Rubens S Mello Almendra, Luca Furini Perri, Pietro Figueiredo Cardoso, Rafael Gallucci Lourenço, Theo de Padua Egydio Martins, Thiago Guarita Scipilliti. Comissão Técnica: Caio Toledo Soares, Carlos Alberto Dias Pereira; Delegação Sub 12 FEMININO: Alice Tavares Campos Maia, Ana Rizzo Azambuja, Beatriz Landgraf Tudisco, Catarina Moraes Landgraf, Estela Di Petta Quintão, Giovana Del Nero Larosa, Julia Mejlachowicz Camargo, Maria Clara Lacerda, Mariana Schnitzlein Prado, Marina Frechiani Leite Ezabella, Rafaela Pereira Hardman Henriques, Sofia Pereira Leite, Valentina Moraes Ribeiro Loviat. Comissão Técnica: Anna Carolina Ginters Bocalao, Mariana de Souza Beloni, Maurício Murias Machado; Delegação Futebol Base Sub 12 Blue: Alexandre Moeller Steiner, Davi Aprillanti Salles Oliveira, Felipe Souza Naves Dequech, Gabriel Kenzo Sakai Szego, Lucas Ficker Perugini, Luís Felipe Bagneti Brando, Matheus Aprillanti Salles Oliveira, Patrick Martinez Juliano, Pedro Consoli Gouveia, Pedro Vicente Azevedo Santos, Rafael Figueiredo Baena, Rafael Simões Mascarenhas e Ricardo McKenzie Nogueira. COMISSÃO TÉCNICA: Thales Trigueiro Della Hós e Nivaldo da Silva Santos; Delegação Futebol Base Sub 12 WHITE: Arthur Bueno Vidigal Chagas, Arthur Guillaumon Zambon, Carlos Eduardo Álvares Carneiro, David Brasil Cintra, João Kohl Schlochauer, João Paulo Menezes Vasconcellos, João Pedro Perez Szeles, Leonardo Nogueira Pena, Luís Eduardo Menezes Porto Monaco, Martim Matarazzo Affonso, Rafael Gelas Scarabotolo, Rodrigo Lago Durand e Rodrigo Lopes David. COMISSÃO TÉCNICA: Fernando Nogueira Ferraz de Carvalho e Silva e Nivaldo da Silva Santos; 3) Escandinávia: HELSINKI CUP (Finlândia - 08 a 13/07/2024): Sub 15 Seleção: 43 equipes participantes, ECP 3º lugar; Sub 15 Futebol Base: 43 equipes participantes, ECP avançou até 16 de final; GOTHIA CUP (Gotemburgo/Suécia - 14 a 19/07/2024): Sub 15 Seleção: 254 equipes participantes, ECP perdeu nas 64 de final ouro; Sub 15 Futebol Base: 254 equipes participantes, ECP perdeu nas Quartas de final prata; DELEGAÇÃO ECP: 35 atletas associados + 4 Professores; Delegação Seleção Sub 15 BLUE: Arthur Avelar da Silveira , Bernardo Martins Vieira Viegas , Bruno Porto Losasso , Felipe Cardoso de B. Vianna , Felipe Cipovicci Stingelin , Felipe Romeu Pepe , Guilherme G. Fragoso Casarini , João Pedro de Oliveira Moreno , Lucca Chiovatto , Lucca Ricciarelli Funaro , Marcelo Rossetti Tortorello , Pedro Biselli Ranalli Fonseca , Pedro Cordeiro

Fernandes , Pedro Fairbanks M. Castro , Theo Zerbini Helal de A. Tuono , Tiago Lange Moura, Zarik Aragão T. Hachich; Delegação Futebol Base Sub 15 WHITE: Alexandre Fernandez , Cruz , Antonio Maia Ely , Bruno Mellis Kauffmman , Francesco Teixeira Raimondi , Gustavo Meirelles Carneiro , João Filipe Dal Fabbro Jannoni , João Giannini Moreira Franco , João Pedro Mattar Gama , João Vitor Stupp Peluso , Joaquim Braga Opice Mattar , Lorenzo Vignini , Lucas Lellis Vieira Rosa , Marco Rossi Stipanich , Nicolas de Andrade Lin , Rodrigo Caleres Novaes , Thiago Mesquita Sedrani , Thomas Araujo Camara Lopes. COMISSÃO TÉCNICA: Felipe Talharo Sant'Ana, Leandro Moretti Cavassani, Aparecido Carlos Batista e Guilherme Alexander da Silva.

Presidente – Agradeceu a honrosa presença dos atletas do Futebol Menor, os professores e colaboradores, parabenizando-os, bem como as atletas do Futebol Feminino.

Primeira Secretária – Informou que a Diretoria enviou carta ao Conselho, comunicando a exoneração de Diretores a partir de 21/06/2024, e que em razão dessas alterações ficou assim constituída: Assessoria de Planejamento e Diretoria de Área Financeira - João Luís Gagliardi Palermo, Diretoria de Área Administrativa - Oswaldo Santino Senhor Junior, Diretoria de Área Jurídica - José Luiz Toloza Oliveira Costa, Diretoria de Área Cultural - Antônio Carlos Foschini, Diretoria de Área Social - Raul Leite Mota Silva, Diretoria de Área de Marketing Institucional - Roque Antônio Horta de Ferreira Mendes, Diretoria de Área de Marketing Esportivo - Gilberto Ratto Ferreira Leite, Diretoria de Área de Esportes Coletivos e Raquetes - Fábio Prado Ferraro, Diretoria de Área de Esportes Individuais e Aquáticos - Marcos Macedo Maynard Araújo, Diretoria de Área de Relações Esportivas - Fernanda Fonseca Themudo Wissenbach, Diretoria de Área de Esportes Associativos - Maria Cristina Machado de Araújo, Diretoria de Área de Operações - Dante Boccuto Junior, Diretoria de Área de Patrimônio - Gerson Aguiar de Brito Vianna, Diretoria de Área de Restaurantes - André Novaes Patury Monteiro e Diretoria de Área de Relações Institucionais - Gilberto Maria Rossetti. Finalmente, comunicou que se encontra disponível para consulta no nosso site, o Relatório Anual das Atividades do Conselho Deliberativo, referentes ao período de junho/2023 a maio/2024.

José Manssur – Prestou homenagem póstuma ao ex-Conselheiro Ayrton Rodrigues Liberado, assim se manifestando: "... embora o voto seja de pesar, neste exato momento mister celebrar a vida de um homem modelar, refiro-me ao Conselheiro Ayrton Liberado. Constatei nos anos que tive a honra e o privilégio de conviver com o ilustre Conselheiro Ayrton Liberado, a formação de um homem de um caráter sem jaça. Ayrton Liberado era um dos nossos, Ayrton Liberado era um dos melhores dos nossos. Jamais necessitou elevar a sua voz para ser ouvido, seu silêncio que observava com manifestação própria dos sábios, que sabem ouvir, mais até do que falar, este seu silêncio era eloquente, falava por si só. Ayrton Liberado no pensamento que se atribui a Santo Agostinho, não morreu, ele simplesmente deixou o mundo das criaturas para viver eternamente no mundo do criador. Aqui se fará sempre presente pelo legado deixado não apenas da figura de seu filho, que é nosso colega Marcelo Liberado, mas pelos exemplos dignificantes de reta conduta. Não o teremos fisicamente em nosso convívio, mas haveremos sempre de reverenciar os seus exemplos e com isto sempre o teremos presente aqui no legado inolvidável da conduta que sempre soube observar".

Arnaldo Luiz Queiroz Pereira – Propôs votos de louvor ao atleta Willian Lima e à Atleta Benemérita Larissa Pimenta, que conquistaram, respectivamente, medalha de prata e medalha de bronze nos Jogos Olímpicos de Paris, lembrando que o Judô do Clube começou sua história de conquistas olímpicas há exatos 40 anos, em Los Angeles, em 1984, com Douglas Vieira, o primeiro finalista olímpico do Judô brasileiro e do Pinheiros. Destacou que ontem foi a segunda final olímpica da história do Judô pinheirense, com o Willian e que Larissa conquistou a primeira medalha olímpica feminina tanto do Judô brasileiro quanto do Clube. Reportou que ainda temos mais três chances de medalhas pelo Judô, com Bia Souza, categoria de peso pesado, na próxima sexta-feira e Rafael Silva, que já tem duas medalhas olímpicas, e, no sábado, a competição de equipes mistas, da qual todos eles participarão. Estendeu o voto de louvor ao Marcos Macedo Maynard Araújo, Diretor de Área de Esportes Individuais e Aquáticos, ao Diretor Adjunto de Judô, Eduardo Achcar, à comissão técnica, comandada pelo Sansei, Professor Kodansha, 8º dan Sérgio Malhado Baldijão, à equipe multidisciplinar que conta com ex-atletas aqui da Casa, trazendo e cumprindo a função do Pinheiros, que é utilizar os atletas formados aqui como meio de multiplicação de conhecimentos, quais sejam: o duas vezes medalhista olímpico Leandro Guilherme, que é o head coach, Denílson Lourenço, Atleta Benemérito, com duas Olimpíadas, Maria Suellen Altheman, que tem medalhas mundiais e também participou de duas ou três Olimpíadas e Marcelo Contini, também Atleta Benemérito; Lorenzo Capelli, preparador físico, Amilton da Silva Araújo, fisioterapeuta, Fernanda Bolzan, psicóloga e João Pinheiro, nutricionista. Votos aprovados.

Antonio Moreno Neto – A par de se associar à homenagem do orador, considerando tratar-se de conquista impressionante..., expondo que o Esporte Clube Pinheiros em todas as mídias, propôs e o Sr. Presidente concordou que os votos fossem considerados como sendo do plenário como um todo.

André Perego Fiore – Primeiramente, desejou profícua legislatura ao Sr. Presidente e à toda a Mesa do Conselho, bem como aos Conselheiros recém-empossados e Membros das Comissões. Associou-se aos votos de louvor propostos pelo Conselheiro Arnaldo e voto de pesar pelo falecimento do ex-Conselheiro Ayrton Rodrigues Liberado. Prosseguindo, homenageou as mulheres, tendo em vista que dos 67 Conselheiros eleitos, 39 são homens e 28 (42%) são mulheres. A seu pedido, as mulheres foram homenageadas com uma salva de palmas.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – Também se associou às manifestações de pesar pelo falecimento do ex-Conselheiro Ayrton Rodrigues Liberado, um dos melhores amigos de seu saudoso pai, Luiz Delfino de Andrade Cardia. Em seguida, propôs voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aldo Adriano Donato Virano, pessoa querida na seção de Tênis. Quanto à homenagem prestada ao Judô, disse que duas medalhas olímpicas para o Pinheiros é motivo de muito orgulho para todos, inclusive porque conquistadas por atletas que estão aqui em nosso convívio diário. Prosseguindo, disse que o Clube tem o esporte no seu DNA, mas também na questão cultural. Tendo recebido elogios de vários associados pelos inúmeros eventos que têm ocorrido já há um bom tempo, propôs voto de louvor à Área Cultural, na pessoa de seu Diretor Antonio Carlos Foschini, extensivo aos seus Diretores Adjuntos e aos colaboradores, que vêm se empenhando, fazendo um grande trabalho. Aprovado.

Gilberto De Luccia – Formulou votos de feliz gestão ao Sr. Presidente. Reportou que no período de 08 a 14/07/2024, o Clube sediou o Torneio ITF World Tennis Tour M25 - Etapa São Paulo, do qual participaram tenistas profissionais de 12 países. Tivemos a participação de 4 jovens tenistas pinheirenses, associados, oriundos de nossa Escolinha e treinamento, que agora estão iniciando a carreira profissional. São eles: Luiz Felipe Ferraz Sandoval Carvalho, Marcelo Mifano Pinto, Henrique Nogueira e Pedro França. Assim sendo, propôs votos de louvor para as pessoas que trabalharam para que o evento fosse realizado dessa forma brilhante no Clube, quais sejam o Diretor Adjunto de Tênis Jogar e Aulas, Antonio Franco Salgado, o Diretor de Área de Esportes Coletivos e Raquetes, Fabio Prado Ferraro e o Presidente da Diretoria, Carlos Alexandre Brazolin. Votos aprovados.

Rodolfo José Sanchez Serine – Propôs voto de louvor à associada Giulia Guarieiro, sobrinha da Conselheira Ana Beatriz Ribeiro, formada no Handebol do Pinheiros durante 10 anos, de 2007 até 2017, que atualmente integra a Seleção Brasileira de Handebol, que disputou as Olimpíadas de Tóquio e está disputando as de Paris. Aprovado.

Sérgio Henrique de Sá – Subscreeveu o voto de pesar consignado pelo falecimento do Sr. Ayrton Rodrigues Liberado. Prosseguiu, propondo voto de louvor ao Diretor Adjunto de Boliche 9 Pinos, João De Martino Júnior, bem como à Diretora de Área de Esportes Associativos, Maria Cristina Machado de Araújo, tendo em vista que o Boliche foi uma das seções mais atingidas depois da pandemia, e graças ao trabalho conjunto dessas Diretorias Executiva e Adjunta, conseguimos atrair novos praticantes, implantar e ampliar a oferta de diversos torneios com competições inúmeras: trios, duplas, individual. E amanhã, dia 30 de julho, teremos o encerramento de mais uma ação de sucesso, com as finais do torneio de quarteto de inverso, convidando todos para prestigiar o evento. Propôs voto de pronto restabelecimento ao Diretor João De Martino Junior, que se encontra hospitalizado para tratamento de saúde. Em seguida, a propósito da manifestação do Conselheiro Arnaldo Luiz de Queiroz Pereira, comentou que acompanhou as entrevistas dos judocas Willian Lima e Larissa Pimenta, e esta fez questão de citar o Clube diversas vezes, concordando com o Conselheiro Antonio Moreno Neto que o voto de louvor tem que ser do Conselho como um todo. Votos aprovados.

5) ORDEM DO DIA

Item 1 - **Apreciação da Ata da 759ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 24 de junho de 2024.**

Andreas de Souza Fein – Pediu retificação da ata para constar, na página 6, na 5ª linha de cima para baixo: ... Comissão, de forma sempre atenta, competente, dedicada e diligente.

Presidente – Não havendo contestação, declarou a Ata aprovada, com a retificação formulada.

Itens 2, 3 e 4- Apreciação, que no transcorrer da discussão do item 2 decidiu-se seria realizada em conjunto, dos processos CD-08/2024, CD-10/2024 e CD-11/2024, referentes aos pedidos de autorização formulados pela Diretoria, para utilizar recursos do Fundo Especial, respectivamente: Item 2: R\$5.469.128,30, para reformar a Pista de Atletismo e construir nova área para a atividade “Ativas ECP”; Item 3: R\$1.309.950,96, para implantação de novo sistema de iluminação LED e de sistema de irrigação para a Pista de Atletismo; e, Item 4: R\$91.748,53, para reforma da Casa do Atletismo.

Pronunciamentos:

Presidente – A matéria está prevista no inciso XII, do Art. 45, do Estatuto Social, inciso XII, do Art. 76 e inciso II e §2º, do 152, do Regulamento Geral e no inciso II e §2º, do Art. 37, do Regimento Interno da Diretoria. Foram ouvidas as Comissões Permanentes Financeira, de Obras, de Esportes e Jurídica, cujos pareceres foram disponibilizados com a convocação. A Comissão Financeira proferiu um parecer abrangendo os processos CD-08/2024, CD-10/2024 e CD-11/2024, todos relacionados a intervenções no recinto da Pista de Atletismo. E, a par de concluir que “...o saldo do Fundo Especial de Investimento é suficiente para suportar os desembolsos de verba solicitados para execução e conclusão das obras elencadas nos processos em apreço”, formulou as seguintes recomendações: “Item 1 - ATIVAS não consta do rol de atividades existentes quando da Resolução 02/2020, relacionadas no Artigo 81 do Regimento Interno da Diretoria. Neste sentido, a Diretoria deve regularizá-la, em atendimento ao quanto disposto nos requisitos para a implantação de nova seção esportiva (elencados no Inciso XVII do Artigo 5º do Regimento Interno da Diretoria); Item 2 - A Comissão Especial de Licitação designada pela Diretoria (DI. 652/2023, de 11 de agosto de 2023) apontou dúvidas a respeito da localização e do escopo da proposta para a ampliação da atividade ATIVAS. Recomendamos que o valor previsto a esta intervenção seja identificado e retirado do pedido de aprovação de verba para a reforma da pista; Item 3 - Consideramos oportuno que se apresente proposição destinada a reduzir custos operacionais de uma seção, como a do Sistema de Irrigação e de Iluminação LED para a Pista de Atletismo. Recomendamos, entretanto, que em ações futuras, seja informada quantitativamente a economia de custos operacionais esperada com o investimento então proposto, bem como a retrospectiva e a situação atual destes custos; Item 4 – Considerando-se que todas as obras afetam a mesma área, recomendamos a execução simultânea das obras de Reforma da Pista de Atletismo (considerada a Recomendação 2 acima) e de Aquisição de Sistema de Irrigação e de Iluminação LED, visando não apenas reduzir o incômodo aos Associados mas, também, a necessidade de retrabalho, notadamente no caso da troca do piso e da instalação de sistemas de iluminação e de irrigação; Item 5 - Inobstante eventual execução simultânea das obras dos processos em apreço, o controle e registro dos respectivos custos deve ser mantido separado.” A Comissão de Obras entendeu que a matéria está em condições de ser apreciada pelo Conselho Deliberativo e apresentou recomendações, a saber, e aí transcrevo o item 10.1 dessa recomendação: “10.1) Recomendação do preparo do edital para receber os dois tipos de piso. A partir do exposto no item anterior, a Comissão Permanente de Obras recomenda que, se o Conselho Deliberativo a aprovar a utilização de recursos solicitados pela Diretoria, com a

participação da Comissão Especial da Pista de Atletismo seja preparado o edital contemplando o recebimento de propostas que atendam os 2 tipos de piso normatizados pela CBAAt e WA (Antiga IAAF), (“in loco” e “pré-moldado”). Deverá ser considerando que para o clube, além do custo e da performance do piso, o fator segurança deveria ter um peso ainda maior, o que somente será possível com a utilização da tecnologia pré-moldada. Recomenda-se também que no Edital de concorrência seja permitida a importação direta do material do piso em nome do Clube para minimizar os custos de implantação. Após a equalização das propostas apresentadas, a “Comissão Especial da Pista de Atletismo” escolheria a alternativa que melhor atendesse às necessidades do clube e informaria ao Conselho Deliberativo da alternativa escolhida. Se houver a necessidade de mais recursos, o valor adicional seria solicitado ao Conselho Deliberativo.

10.2) World Athletics - A Comissão Permanente de Obras recomenda que conste dos editais que a empresa vencedora deverá apresentar o certificado de homologação do piso pela World Athletics (WA), antiga IAAF, e que comprove que a construção da pista atenderá aos protocolos de ensaios da WA. Como a pista de atletismo do clube não é para competições, mas apenas para treinamento, ela não precisa ser certificada pela WA, mas tem que ser apta para ser certificada.

Item 10.3) Apesar de atualmente não apresentar problemas, a Comissão Permanente de Obras recomenda que, no momento em que ocorrer a interdição da pista, com a participação de consultor externo, seja realizada uma inspeção cuidadosa em pontos aleatórios do gramado, para a verificação das condições de operação da manta geossintética BIDIN que foi aplicada em 1979 sobre o estrado de plástico.

Item 10.4) Em parte do trecho da pista próximo à rua Tucumã, em algumas horas do dia, pode ser observado uma leve ondulação na demarcação das raiais, como pode ser observado nas fotos trazidas no parecer. Tendo em vista o aparente desnivelamento nesse trecho, a Comissão Permanente de Obras recomenda que, após a retirada de todo o piso da pista de atletismo, seja feita uma conferência topográfica do nivelamento do contrapiso de regularização do caimento executado na reforma realizada no início de 2007, sendo tomadas as eventuais providências para a manutenção da sua planicidade e inclinação de 1% em toda área do piso da pista.

10.5) Sistema de irrigação. Através da DI. 159/2024, em 21 de março de 24, a Diretoria solicitou autorização de recursos do Fundo Especial de Investimento para a aquisição de Sistema de irrigação e iluminação Led para a pista de atletismo. A Comissão Permanente de Obras recomenda que sejam apreciadas simultaneamente pelo plenário, para que se aprovadas, essas obras/reformas possam ser executadas simultaneamente diminuindo os transtornos ao corpo associativo.

Item 10.6 do seu parecer, a Comissão aponta: “No item 5 desse parecer informamos que a Comissão Especial de Licitação para a reforma da pista de atletismo estudará ‘uma melhor solução para o condicionamento dos materiais utilizados pelo Ativas na pista de atletismo’. Como não está definido se o ‘armário com alvenaria para as áreas ativas será ou não executado’, ou qual a solução a ser adotada, a Comissão Permanente de Obras recomenda que quando a Comissão Especial tiver uma melhor solução para o assunto (que não está diretamente ligado à pista de atletismo), que ela seja encaminhada para aprovação do Conselho Deliberativo.” Em seu parecer, a Comissão Permanente de Esportes fez a seguinte recomendação: “...recomenda que o processo seja colocado em votação e deliberação pelo Conselho Deliberativo, com a observação de que a pista deverá ser de densidade intermediária, nem rígida, nem muito macia, considerando que hoje apenas 20% dos atletas de Atletismo de Alto Rendimento treinam na pista do ECP e os maiores usuários são atletas amadores, associados e de demais

esportes. Recomendamos ainda a rejeição no processo licitatório de propostas de empresas que tenham tido ou tenham questionamentos sobre a qualidade dos produtos entregues.” Finalmente, a Comissão Permanente Jurídica destaca que “a análise desse pedido de autorização encontra-se necessariamente vinculado àqueles formulados sob os nºs DI 159/2024, para aquisição de sistemas de irrigação e iluminação LED para a Pista de Atletismo’ e DI 160/2024, para ‘Reforma da Pista de Atletismo’, com previsão expressa para a realização de processos licitatórios para o ‘fornecimento e instalação de piso esportivo sintético’ específico para uma Pista de Atletismo e para o gramado sintético da pista de caminhada e área de saltos, nas condições especificadas na documentação que acompanhou esse pedido’, estando ‘preenchidos os requisitos que permitem ao Conselho Deliberativo analisar o pedido de autorização feito pela D. Diretoria.” Em 18 de julho próximo passado, a Diretoria enviou a carta DI. 478/2024, que disponibilizamos às Sras. Conselheiras e aos Srs. Conselheiros no último dia 25, nos seguintes termos: “Em atenção às recomendações que constam do Parecer 18/2024 emitido pela Comissão Permanente de Esportes e protocolado sob o nº 1441 em 11 de julho de 2024, referente ao pedido apresentado por essa Diretoria para utilização do Fundo Especial para a reforma da Pista de Atletismo e nova área para a atividade Ativas, conforme nossa carta DI. 157/2024 enviada em 21 de março de 2024, informamos que já está previsto no Edital de Licitação PAT-1164/2024 o recebimento das propostas das empresas apresentando suas tecnologias certificadas pela World Athletics – WA. Já consta do Edital, como critério de segurança e impacto do material de revestimento da pista, que o mesmo seja intermediário; que este material não proporcione uma pista muito rápida ou lenta, tampouco muito dura ou macia, e sim uma ‘pista média’, cuja qualidade será analisada pela Comissão Especial de Licitação para reforma da Pista de Atletismo e pelos profissionais do Clube por meio das informações técnicas fornecidas nas propostas e em visitas aos locais onde estas já estejam instaladas.” Atendendo a pedidos de Conselheiros, a Diretoria enviou o Edital de Licitação PAT-1164/2024 para Reforma da Pista, que está à disposição para consulta nos autos do processo. Na tarde de hoje, a Diretoria enviou carta ao Conselho, solicitando autorização para que seus Diretores de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna e de Relações Esportivas, Fernanda Fonseca Themudo Wissenbach, com apoio de recursos de projeção possam fazer uma apresentação específica sobre as matérias objeto dos itens 2 a 6 da Ordem do Dia. Nesse sentido, consulto o Diretor Gerson se está à disposição para iniciar sua apresentação. Então, concedeu a palavra ao Diretor da Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - ... Os próximos slides que serão apresentados seriam para uma uniformização de conhecimento por parte dos Srs. Conselheiros para que possam votar, tomar suas decisões de acordo com o conhecimento da causa. Já posso de antemão, Sr. Presidente, afirmar que todas as solicitações das Comissões de Obras, Finanças e Esportes que foram apresentadas, estão dentro das nossas expectativas de decisões como nós vamos tratar a seguir.

- Projeção.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Esses são os tópicos que nós iremos abordar na sequência: Pista, iluminação LED e irrigação, casa de atletismo e nos itens subsequentes. Podemos seguir, por favor.

Presidente – Diretor Gerson, somente pediria para que a exposição se restringisse ao item respectivo da Ordem do Dia e aos demais, então, quando for apregoadado esse item, está bem?

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Vamos passar apenas da pista de atletismo. Esta é apenas apresentação de uma vista superior do que já temos lá hoje. Pode seguir, por favor. A última construção da pista foi em 2006/2007, há 17 anos e foi feito um Retrofit em 2015, nove anos atrás. A instalação do piso da pista data de 2007, 17 anos de utilização, composto por piso sintético, constituído por uma base de mantas de borrachas colada sobre uma base de concreto por meio de adesivo de poliuretano. Com utilização intensa, a pista atingiu seu limite de desgaste. Outra manifestação patológica instaurada são as bolhas, sendo uma das possíveis causas é o acúmulo de água sobre a manta emborrachada que exerce uma sub pressão de baixo para cima, na água, né, causando assim seu desprendimento, oferecendo risco de acidente aos usuários. Solução requerida é execução de novo piso. Apenas ressaltando o seguinte, como quase todas as áreas aqui do Clube, elas são intensamente utilizadas, tudo no Clube aqui é muito utilizado, principalmente nos últimos anos, como todos nós sabemos e essa pista de atletismo não deixa de ser. Então, com 17 anos de utilização, tiveram aquelas tentativas de Retrofit, atendeu até hoje, mas agora a solução é imediata para uma execução de novo piso, porque essas bolhas estão colocando em risco associados que utilizam a área. Pode seguir, por favor, Jorge. Esses são alguns dos eventos que já aconteceram. Nós tivemos que fazer reparos, são as bolhas que estouram, chegando até a base principal de concreto. Quando é uma intervenção mais pesada, como a da esquerda, a gente é obrigado a chamar empresas de fora para fazer reparos. Quando é da direita, que são apenas bolhas, a gente consegue fazer com nossa equipe de manutenção e temos tido algum sucesso. Mas agora já está se tornando impossível isso. Pode seguir, Jorge. Esse é um corte esquemático de como é feita a pista hoje. Ela tem uma manta de grânulo de borracha, uma camada autonivelante e depois grânulos de EPDM. Ela tem uma inclinação de 1%, como mostra na figura de baixo, que leva água para a canaleta, a parte de cima. Embaixo é a base de concreto, concreto celular. Embaixo da canaleta tem um estrado, chamado estrado Goyana, que é um estrado de plástico, que faz as vezes de um enchimento sem carga na laje de baixo. Lembrando que embaixo de tudo isso nós temos o teto do nosso estacionamento, ou seja, nós estamos com todo esse sistema em cima de uma laje do estacionamento, que é uma laje de concreto. E notamos hoje, percorrendo todo o estacionamento, nós não temos nenhum ponto de penetração de água, de cima para baixo. Ou seja, nosso sistema de impermeabilização é muito bom, não requer intervenção e não está sendo prevista nenhuma intervenção nesse sistema, porque ele está funcionando a contento. E com a troca da pista de cima, a impermeabilização será mais forte. Quer dizer, aí que não haverá realmente problema de água embaixo. Pode seguir, Jorge. Esses são os cortes esquemáticos em constituição à pista, onde nós temos na primeira parte de baixo para cima, concreto, depois um Primer e colocação de uma base de borracha e o EPDM, que é um grânulo de pó, de partículas de borracha, que é polvilhado sobre o concreto e depois é alinhado e já vem na cor definitiva escolhida. Pode seguir, Jorge. Essa é a

planta setorizada com os nomes: pista de cooper, pista de atletismo, meia-lua, área de exercício, área de arremesso, meia-lua, pista de corrida de salto, pista de cooper, pista de atletismo e arquibancadas. Acho que todos que conhecem a área conhecem bem isso. Pode seguir. Aliás, desculpe-me, Jorge, volta um pouquinho. Nós notamos, lá no canto esquerdo nós temos uma rampa de acesso, que é aquela lá da esquerda, que é a que sai ali da frente dos banheiros reformados perto do bar da Piscina, nós temos apenas aquele acesso. Existem estudos para a gente desenvolver uma segunda rampa do outro lado, onde está escrito escada de acesso, ali à direita. Nós estamos em fase de estudo para implantar também ali uma rampa de acesso. Já fizemos alguns estudos de engenharia, mas ainda não temos de uma forma completa. Estamos aguardando também se seria uma obrigação por parte do Ministério Público quanto à acessibilidade ou se poderíamos construir isso numa oportunidade mais futura. Pode seguir, desculpa. Metodologia dos valores do piso. Como é que nós chegamos? Essa é uma pergunta que costumeiramente se faz, como se chegou nesse valor? Por que vai pedir esse valor? Então, como é feito? Nós fazemos uma tomada de preços com empresas do mercado para verificação do valor previsto para investimento na pista. Cada empresa apresenta sua especificação técnica. Dentre as especificações técnicas apresentadas nós adotamos como estimativa para aprovação de verba deste momento. A proposta que apresentou as especificações técnicas da pista. Ou seja, nós partimos da especificação que nós temos hoje na pista, consultamos empresas e falamos: Qual seu orçamento para fazer exatamente a pista atual. Lembrando que essa pista atual foi feita no sistema moldado in loco. Aí obtivemos o valor na ordem de R\$ 763,00 por m². Outros itens que compõe também esse pedido de verba é a troca dos pisos em grama sintética, pista de cooper, meia-lua e saltos. Regularização de base, grelhas e acabamentos. Mobiliários e uma verba para imprevisibilidade. Pode seguir, Jorge. Essa é uma composição do orçamento em poucos itens, né, o orçamento tem mais de 70, 80 itens, mas o resumo principal que interessa eu acho que está representado nesse quadro. O item 1 é o piso da pista em si, na casa de R\$3.700.000,00. O piso da pista, onde um pequeno trecho que é usado também para as atividades da "Ativas", o trecho da pista onde é utilizado as atividades da "Ativas". A regularização de base: grelhas, acabamento, etc., equivale a R\$666.000,00. Esses são os armários da "Ativas", que foram feitos alguns comentários, que existe por parte da nossa Comissão e por parte de várias opiniões, existem dúvidas se vai ser fixo, móvel, vai ser assim, vai ser de outro jeito. Então, nós tínhamos feito um orçamento que seria da ordem de R\$30.000,00 para fazer em alvenaria, em concreto, etc., mas isso ainda não está definido, será definido oportunamente por parte da Comissão. Os pisos externos, da ordem de R\$195.000,00. Pista de cooper, meia-lua, saltos, etc., na ordem de R\$300.000,00. Imprevisibilidade, uma verba de R\$ 260.000,00, totalizando a verba total. Pode seguir, por favor, Jorge. Bom, vamos voltar um pouquinho. Todas essas decisões nós tivemos como base estudo junto a uma Comissão que foi constituída pela Presidência, que seria importante os senhores saberem, que é composta pelas seguintes pessoas: Fernanda Themudo, José Alípio, Cintia Di Stasi, Claudia Matsui, Ricardo Sacardo, Roberto Lobo, Waldemar Zamariola, Fernando Kahtalian, Arnaldo Osse e temos também a consultoria, que é um coordenador técnico de atletismo do Clube, que é funcionário do Clube. Correu várias Olimpíadas, que é o Clodoaldo, que vai nos assessorar e nos assessora em todos os passos desse processo. Todas as decisões que serão tomadas sobre a pista vão partir desta Comissão, então, todos vão participar dessa decisão, inclusive se ela será moldada in loco ou se será pré-moldada. Serão analisados, vamos

visitar pistas das empresas proponentes, nós vamos comparar com todas as qualidades de pista, se estão regularizadas, aprovadas pelas Federações, enfim, tudo isso vai ser dividido e decidido por parte desta Comissão. Acho que a parte da pista está explicitada.

Presidente – Me permita fazer apenas um esclarecimento ao Plenário. Embora a Diretoria tenha feito três pedidos de autorização para uso do Fundo Especial, que diz respeito aos itens 2, 3 e 4, todos eles, como as próprias Comissões fizeram questão de apontar em seus pareceres, todos eles dizem respeito à área da pista de atletismo. E hoje em consulta informal à Diretoria, me foi apresentado um segundo argumento que me faz solicitar ao Plenário autorização para que os itens 2, 3 e 4 sejam apreciados e deliberados de forma conjunta. Me foi esclarecido que para instalação do sistema de irrigação e de iluminação da pista muito provavelmente a infraestrutura vai passar sob a pista de atletismo. Então, não faz sentido algum, a meu ver, que este Conselho aprove a reforma da pista sem aprovar a reforma do sistema de irrigação, porque nós não vamos aprovar uma pista para depois ter que de novo desconstruir o que foi construído, para de novo fazer o sistema de irrigação. Então, se o Plenário entender...

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Poderia dar um complemento, desculpe-me. ... Além dessas interferências durante as execuções das instalações de irrigação e iluminação, que poderão cruzar a pista, ou seja, nós vamos fazer uma pista nova para depois ter que rasgar em alguns trechos, etc., o pior de tudo é o transtorno ao associado, por que... infelizmente, por mais rápido que a gente consiga concretizar esse processo, é um processo que vai comprometer no coração do Clube, nós vamos ter que fechar todo o Clube por, sei lá, provavelmente 60, 70, 80 dias, dependendo até de épocas de chuva. Não tem sentido a gente acabar esse processo, começar a utilizar a pista: Ah, não, agora vamos fazer irrigação. Então, fecha de novo, passa trator, passa retroescavadeira para abrir vala, etc. É um transtorno desnecessário.

Presidente – Entendo que o Plenário esteja autorizando a Mesa. Então a dirigir os trabalhos dessa forma, nós vamos deliberar em conjunto os itens 2, 3 e 4 da Ordem do Dia.

José Manssur (fora do microfone) – Presidente, a discussão também?

Presidente – A discussão sem dúvida eu vou abrir e os senhores e as senhoras poderão então se manifestar sobre os itens 2 a 4 da Ordem do Dia.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Para uma visão geral de todos, têm os próximos slides. Nós podemos correr, Jorge, por favor.

- Projeção sobre iluminação.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Esse é o sistema previsto para iluminação na pista. Será feito através de lâmpadas de vapor metálico, que hoje é de vapor metálico com potência de 1500 watts cada, gerando alto consumo elétrico. Ressaltamos que

esse local é o último do Clube de grandes dimensões que ainda não possui esse sistema de iluminação LED. O nível de luminância atual tem em média na pista 100 LUX, muito fraquinho. O presente projeto prevê nível de luminância de até 900 LUX, com a utilização desses cinco postes que nós temos disponíveis para tal. Esse projeto foi desenvolvido com uma consultoria da Phillips, que nos enviou uma engenheira que fez sistemas de iluminação semelhante em pistas de atletismo do nível que estamos querendo que seja o nosso, de alto nível de iluminação. E temos, ainda, alternativa de usar mais dois postes que temos, que são postes utilizados para proteção de descargas atmosféricas, que também poderão ser utilizados para melhor equilíbrio da iluminação, se necessário. Mas tudo isso a gente vai formando concomitantemente com a execução da pista, isso também ajuda bastante a gente tomar boas decisões e fazer ficarmos com uma área bastante equilibrada de iluminação. Também, um item importante, nós previmos e recomendamos na instalação da Phillips que ela tomasse muito cuidado para que não afetasse a iluminação dos prédios vizinhos nossos da Tucumã, que poderia gerar algumas críticas e solicitações de incômodo, etc. Também, após a instalação será novamente avaliado essa recomendação que nós fizemos. Pode seguir, Jorge, por favor. Esta é a imagem da irrigação: seriam SPLINTERS que ficam enterrados no gramado – É como no campo de futebol A – eles saem do piso por pressão de bombas e irrigam toda área. Esse é um desenho do projeto real de irrigação, ele vai irrigar toda área gramada. Dá para ver que vai estar bastante coberto. O projeto de irrigação é muito importante, como nós estamos implantando no Clube inteiro, porque controla a quantidade de água, não permitindo desperdício nem a utilização da água por conta do nível no entendimento de um funcionário. O funcionário pode estar distraído, molha mais, molha menos, de forma irregular e com desperdício de água. É dessa forma que nós vamos tratar? Não, isso vai ser uma irrigação bastante equilibrada, como temos feito no Clube inteiro, com racionalização tanto da mão de obra quanto da água. Pode seguir, por favor, Jorge. A irrigação está na ordem de R\$298.000,00. A iluminação, R\$ 949 e uma verba de imprevisibilidade da ordem de R\$60.000,00, totalizando R\$1.309.000,00. Tem mais algum slide, Jorge? Adentramos aí ou não, Sr. Presidente?

Presidente – Nós vamos deliberar de forma conjunta.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Está bem. A casa de atletismo – Para quem não conhece muito bem a pista, para quem conhece, sabe que é uma casinha que tem lá no canto, perto da onde era o caixa do Bradesco – essa casa é utilizada – Pode seguir, por favor – Atualmente essa instalação é utilizada como depósito de equipamentos de atletismo, de remo e da “Ativas”. É prevista reorganização dessa área, prevendo até mesmo utilização do espaço para treinamentos. A reforma contempla troca do piso, troca dos vidros fixos por janelas basculantes para ventilação, nova iluminação e nova adequação do espaço administrativo interno, num valor da ordem de R\$90.000,00. Pode seguir, Jorge, deve ter a planta. Aí tem uma pequena planta, que tem um espaço onde trabalham três funcionários, que é razão até de a gente até abrir um pouco mais essa ventilação, hoje trabalham numa condição insalubre, com equipamentos amontoados, área bastante degradada. Nós vamos até fazer como temos feito em outras áreas, fotografando sempre o antes e depois, para depois, quem tiver interesse, tomar conhecimento do que foi feito. Bem, então, paramos aí, por enquanto.

José Júlio Bastos da Veiga Junior (aparte) – Primeiramente, externo meus cumprimentos pelo trabalho, pelo projeto, extensivo a todos os demais Membros das Comissões. Teria uma dúvida. Você disse que a pista foi concebida há 17 anos. Sofreu um Retrofit salvo engano em 7, 8 anos. Muito provavelmente o Retrofit não tenha abrigado a questão da impermeabilização, por óbvio, correto?

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Até hoje não tivemos nenhum problema de impermeabilização.

José Júlio Bastos da Veiga Junior – Ok. Considerando o valor envolvido e considerando também maior longevidade da nova pista, não seria ad cautelam que a gente conseguisse mexer. Muito embora não tenha nenhum tipo de patologia, mas refazer a impermeabilização, são 17 anos.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Nós vamos fazer algumas investigações pontuais aleatórias em alguns pontos para ver qual o comprometimento, porque a realização da impermeabilização deste volume todo de impermeabilização vai requerer uma verba, talvez até outro tanto quase disso, é muito caro.

José Júlio Bastos da Veiga Junior – A preocupação é nós investirmos um valor desses, empenharmos uma energia dessas e daqui a dois, três anos...

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - A probabilidade de haver algum problema de impermeabilização, é claro que a gente não é advinha, mas nos últimos 17 anos não teve nenhum problema. Como nós vamos melhorar a camada superior de impermeabilização é provável que não tenhamos mesmo isso daí. Eu acho que, mais do que isso, porque o volume de verba envolvido para refazimento dessa impermeabilização é muito alto. Eu acho que é de alto risco, talvez desnecessário.

José Júlio Bastos da Veiga Junior – Concordo também, por isso minha preocupação e acho que impermeabilização também tem sua vida útil. Então, muito embora, de novo, não tenha patologias, reforço o pedido de que a gente tenha atenção.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Agradeço e será visto.

José Júlio Bastos da Veiga Junior – Obrigado.

Cândido Padin Neto (aparte) – Diretor, eu gostaria de endossar o Júlio. A gente vive nessa área e vê isso. Iria falar. Quando você desembolsa um valor desse montante é muito importante você ver a estrutura que está embaixo, para depois não incorrerem num erro de ter de refazer tudo, porque aí vão ser mais R\$ 10 milhões.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Repito aqui o que foi dito ao Conselheiro Júlio. Neste momento achamos, entendemos que não há necessidade disso. A própria Comissão, que é composta por usuários e técnicos também me parece que endossam

isso. Mas, de qualquer forma, à medida que formos fazer essas investigações que apontamos, que serão feitas agora, se constatarmos a necessidade de haver uma intervenção nós recorreremos rapidamente ao Conselho para que tomemos outras providências.

...

Luís Eduardo Dutra Rodrigues – Diretor Gerson, só um esclarecimento que me deixou dúvida em sua explanação. ... Em determinado momento o senhor disse que a pista atual foi feita com moldado in loco e no parecer aqui da Comissão de Obras, que provavelmente fez os estudos para poder afirmar, no item 6.4, ela diz: Pista atual, conforme informado pela Diretoria, o atual piso da pista de atletismo é composto de uma base de mantas pré-fabricadas de borracha, coladas a sua base de concreto por meio de adesivo poliuretano. A minha dúvida é, atualmente nós temos pré-moldado ou moldado in loco. Por que lhe pergunto isso? Porque sabemos, até porque você também colocou que o edital não foi definido nem pela Comissão Especial nem pela Comissão de Obras e nem pelo Patrimônio, já que estamos fazendo uma pista nova, qual é o material que vamos usar? Porque acho que é determinante para o preço inclusive. Mas o esclarecimento basicamente é o que temos hoje, moldo in loco ou aquilo que a Comissão está informando aqui?

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Pelas informações, quem mais conhece essa operação, quem mais trabalhou em cima disso foi o Conselheiro Miller e nós conversamos várias horas com o Conselheiro a respeito dessas providências que estamos projetando para a pista. É uma pista moldada in loco. Ele até usou uma figura, que ele ficou bastante em dúvida na época de se fazer de um jeito ou de outro. Aí ele optou em fazê-la moldada in loco. Hoje, atualmente, ele falou que talvez repensasse em fazer pré-moldada ou moldada in loco. O que decidimos na composição do edital para chamar as empresas para fazer a proposta, porque quem mais entende de pista não somos nós, infelizmente, quem mais entende de pista é quem faz pista. Então, nós fizemos uma cotação e pedimos às empresas: Apresente as suas opções, as suas melhores opções de pista e aonde vocês fizeram, que nós vamos visitar e dar os telefones dos contatos, e-mails, telefones, para consultar as que forem fora do Brasil. Então, o máximo que a gente consegue fazer hoje é o seguinte, nós vamos ouvir o que os proponentes têm a dizer: Olha, faço o pré-moldado assim, assim e assado. Fiz assim, vou fazer assim, garanto e comprovo que é bom. Vou fazer moldado in loco, minha opção é moldado in loco, vou fazer assim, assado, que é a melhor opção. E a Comissão, que têm 10 elementos que usa a pista, vai analisar e decidir.

Luís Eduardo Dutra Rodrigues – Isso eu entendi, você só não esclareceu se atualmente é moldado in loco...

- Manifestação de Conselheiros no plenário.

Luís Eduardo Dutra Rodrigues – É porque tem uma informação diferente. Bom, então a informação da Comissão de Obras está enganada.

Presidente – Conselheiro, quer um esclarecimento da Comissão de Obras? Diretor Gerson, permita-me. Antes desse esclarecimento, Conselheiro Junqueira gostaria de fazer um aparte?

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho (aparte) – Boa noite, Conselheiro. Me causou certa curiosidade e perplexidade em sua exposição a questão da rampa de acesso, porque se ela faz parte do conjunto e se é uma obra estrutural tão ligada à pista, por que não fazer agora, já que o Ministério Público determina que essa obra de acessibilidade seja feita? Então, quer dizer, não fazer agora seria simplesmente empurrar uma obra que é necessária. Além disso, quando eu vi o projeto da casinha do depósito, quer dizer, parece evidente que uma rampa afeta a obra daquela casa. Então, me parece que, da mesma linha que o Conselheiro Júlio, que foi dito aqui, por que estamos analisando tudo em conjunto para não se aprovar uma coisa e ter que se refazer, com a rampa de acesso me parece a mesma coisa. Por que ela não é feita agora e por que já não é integrada à obra? Até porque, contrariamente à impermeabilização, uma rampa de acesso não me parece ser algo tão caro, né? Então, por favor, me esclareça.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna – Eu esclareço. Nós fizemos um projeto para implantação de rampa e esse projeto não teve uma aceitação de todos os Membros. O projeto foi feito pelo nosso departamento e não foi aprovado por todos os Membros da Comissão, que estavam pedindo outros estudos, porque lá tem que ter uma iluminação máxima por lei da ordem de 7, 8%, 8% se não me engano. Então, ela pode ser em vários tramos, ela pode ser de uma linha só, ela pode passar no meio de vegetação. Então, nós estamos estudando o melhor. Primeiro, ela não vai ter nenhuma interferência com a casa, nem com as impermeabilizações, nem com a própria pista, ela pode ser feita a qualquer momento. Tanto que hoje ela não existe. Hoje ela não existe e não faz falta, porque nós temos um acesso...

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Espera aí, não faz falta para quem? Eu acho que para muita gente pode fazer falta sim.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Mas ela tem acesso.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Primeiro, faz falta sim, a gente precisa consultar as pessoas para ver se não faz falta. Segundo, por lei, isso está no plano acordado pelo Ministério Público, porque senão isso tem que ser feito. Tem que ser feito, por que não fazer agora?

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Podemos fazer agora, também podemos fazer até com verba ordinária, porque ela não é nenhum absurdo de caro.

Presidente – Conselheiro Junqueira, vou sugerir a V. Sa. que no momento oportuno se inscreva, faça essa proposta e nós vamos solicitar ao Plenário para que promova essa deliberação. Vamos fazer isso sem dúvida nenhuma.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Obrigado.

...

Luis Fernando Fernandes Pessoa (aparte) – Boa noite. Uma sugestão, já que será reformada a casa de atletismo, acho que poderia rebaixá-la para ter maior amplitude. E nesse rebaixamento no projeto arquitetônico poderia até prever a rampa de acesso numa única obra, porque aquela casa está um entrave. Rebaixando, você aumenta amplitude, esteticamente fica muito melhor.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Nós temos um problema da altura da sapata da fundação dessa casa, ela parece que está bastante aflorada. O Engenheiro Reinaldo conhece bem também, ele já fez. Nós já estudamos, começamos a estudar e paramos por causa disso. Mas, de qualquer forma é um estudo que a gente consegue resolver em uma semana. Em uma semana a gente consegue resolver esse assunto da casa, sem nenhuma interferência.

Luis Fernando Fernandes Pessoa – Eu acho que essa solução arquitetônica muda totalmente aquela área, inclusive integrando o paisagismo. Fica a sugestão.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Está bem, agradeço.

...

Ivan Gilberto Castaldi Filho (aparte) – É só um esclarecimento também, com relação a “Ativas”. Antigamente chamava-se “Projeto Mulher”, depois “Elas” e hoje a nomenclatura é “Ativas”. Então, não é uma modalidade nova, não é uma atividade nova, só mudou o nome. E com relação à rampa, eu acho interessante até que ela possa ser melhor estudada, porque quando das festividades de aniversário gasta-se muito para que os atletas consigam acessar a pista. Então, eu acho que esse valor seria facilmente regulamentado com o tempo durante as festividades de aniversário. Era isso. Obrigado.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Uma sugestão.

José Manssur (aparte) – Sr. Presidente, me permita. Com relação ao que o Conselheiro Junqueira falara, Conselheiro Ivan também e um ilustre Conselheiro que me antecederá, essa questão está resolvida a meu sentir, o Art. 152, parágrafo 2º do Regulamento Geral, onde diz: O Fundo Especial será aplicado exclusivamente, é o 152. Parágrafo 2º, diz: Em casos excepcionais em que a urgência necessita execução imediata de obras e reformas com recursos do Fundo Especial, derivados da execução da questão principal e que surjam, pode imediatamente a Diretoria no exercício da sua gestão fazer esses trabalhos apenas e tão somente comunicado às Comissões e também ao Conselho Deliberativo. Com isso o senhor encontrará, a meu sentir, uma solução para que o dissera o Conselheiro Junqueira e o que dissera o Conselheiro Ivan. Está no Regulamento Geral, era uma simples leitura.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Como sempre, a solução do Conselheiro é brilhante.

Carlos Edmundo Miller Neto – Boa noite, Sr. Presidente.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Desculpe-me por citá-lo.

Carlos Edmundo Miller Neto (aparte) – Queria só parabenizar o Diretor de Patrimônio, Engenheiro Gerson Vianna, excelente sua apresentação, nós estamos todos aqui super interessados que se dê prosseguimento ao refazimento da pista de atletismo. Como eu fui citado, Engenheiro Gerson, eu realmente tive dúvidas, não tenho mais, mas eu tive dúvidas se nós usaríamos a pista moldada in loco ou pré-moldada e isso foi em 2006, quando foi aprovado aqui na vigência da gestão da Presidência pelo Dr. Alberto Fasanaro, nós aprovamos aqui no Conselho em 2006, outubro de 2006 e fizemos essa reforma, chamada 2006/2007. Na época o Presidente da Diretoria era o Dr. Antonio Rudge. Eu cuidei dessa reforma, eu escolhi a pista e escolhi a moldada in loco porque era o investimento menor. Eu fiquei realmente com dúvidas. Hoje, como já tive oportunidade de expressar ao Engenheiro Gerson Vianna, eu não tenho mais dúvidas, a pista pré-moldada tem uma durabilidade maior. Isso está comprovado pela experiência da Confederação Brasileira de Atletismo. E o nosso problema não é uma pista melhor, a Fórmula 1, o nosso problema aqui no Clube é de segurança. E uma pista que não dê bolhas sem dúvida nenhuma será mais segura. E eu peço encarecidamente ao Engenheiro Gerson Vianna que atente a essa possibilidade da pista pré-moldada para o benefício dos nossos associados. Eu acho que para o corredor, para todo mundo o efeito será o mesmo, mas a durabilidade será maior e a possibilidade de riscos de acidentes será inúmeras vezes menor. É isso que eu peço, Engenheiro. E mais uma vez, parabéns pela sua apresentação. Muito obrigado.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Só um segundo, Sr. Presidente. Eu gostaria de agradecer realmente o Conselheiro Miller, que fez uma intervenção muito boa, convalidando o que eu havia dito. Ele será uma das pessoas ouvidas nessa revisão, porque é um profundo conhecedor e usuário da pista, além de ser técnico. Então, vai ajudar muito o Clube.

Ana Maria Latarulla (aparte) – Boa noite. Só uma dúvida. Primeiro, quanto tempo vai demorar essa intervenção? Agora, não é só a “Ativas” que tem o treinamento lá, tem também o Remo, para onde vai o Remo? Eu sei que não está na pauta, mas para onde vai o Remo?

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Vamos fazer a primeira parte da sua questão. O prazo previsto dessa execução é da ordem de 90 dias, vamos depender aí de tempos de chuva.

Ana Maria Latarulla – Até o fim do ano?

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Provavelmente. Primeiro, só voltando um pouquinho, a pista está sendo escolhida nem dura nem muito macia, vai ser uma pista média, com recomendação de vários pareceres. O Presidente Brazolin está em contato para procurar alternativas de pistas para utilização dos sócios nesse período. Ele está tendo contato com clubes, com associações, com centros esportivos municipais, estaduais, enfim, nós estamos procurando. Estamos com cinco alternativas engatilhadas para termos pelo menos uma alternativa para o sócio por esse período. Quanto ao Remo, hoje ele é uma atividade que estamos procurando uma alternativa para ele.

Ana Maria Latarulla – Na época dessa intervenção para onde vai o Remo?

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - A Comissão e os Membros que participaram das decisões até agora do projeto da pista, nas duas alternativas que já foram apresentadas de localização para o Remo não foram aceitas. Nós estamos procurando alternativa em outros lugares próximos à pista, mas não dentro da pista, porque isso foi vetado por parte dos praticantes.

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Debate.

Ana Maria Latarulla – Há vários exemplos, há projetos feitos.

Presidente – Conselheira, a senhora gostaria de se inscrever para falar na Ordem do Dia?

...

Ana Maria Latarulla – Hoje não, só queria que... o Engenheiro me esclarecesse o tempo e para onde vai o Remo.

Presidente – Está bem. Diretor Gerson, muito obrigado. Mais alguma informação?

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Não.

Presidente – Muito obrigado mais uma vez. Há inscritos, Conselheiro Paulo Roberto Antunes, Conselheiro Arnaldo Queiroz Pereira, Conselheiro Luís Alberto Figueiredo, depois chamarei os demais.

Paulo Roberto Antunes – ... Na realidade, parabéns pela apresentação, Gersinho, é uma obra que precisa ser feita, a gente sabe. Não sou frequentador, mas a gente passa por ali, precisa. Tive uma reunião na Comissão de Esportes, o Aloísio também estava, uma parte da Comissão, como o Fernando, o Heitor também estava na reunião que a gente teve e a dúvida que ficou é assim: Da onde saíram esses valores? Ah, foram feitos orçamentos, tal, tal, tal. Nessa reunião a gente pediu: Manda o orçamento para a gente, os orçamentos para a gente para poder saber o que está aprovando. Então, assim, agora também ouvindo o Gerson, parece que a Comissão

também não finalizou, não definiu se é macio – Macio eu sei que é, porque a gente também conversou com o Lobinho, o Diretor...

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Médio.

Paulo Roberto Antunes – Médio. ...a gente conversou com o Lobinho, que é o Diretor, ele falou que é o médio. Mas a impressão, o que parece é que a Comissão ainda não, pré-moldada, não é, eu não conheço muito. E também esse negócio de aprovação, certificação internacional. Nossa pista não é oficial para a gente gastar um dinheiro a mais, contratar uma pista aonde a empresa que é certificada pelo IAF, mudou o nome. Então era essa minha dúvida. Obrigado.

Arnaldo Luiz de Queiroz Pereira – ... Agradeço à Diretoria pelos estudos, parabênzo pelo trabalho executado até agora pela Comissão de Licitação, pelas Comissões do Conselho e da Diretoria que opinaram. Venho dizer que há quase três anos a gente tem as bolhas na pista. Todos sabem da necessidade. Eu mesmo fiz uma apresentação e recebi um ofício da Diretoria, falando que os estudos seriam iniciados. Foram iniciados. Foram bem feitos. Estão bem feitos, principalmente eu gostaria de dizer, enfatizar que o parecer da Comissão de Obras está muito redondo, muito bem feito em minha opinião. Apesar de não ser técnico na área, eles abordam as questões importantes. A questão da possibilidade de escolha do tipo de material. Já foi falado bastante aqui do moldado in loco ou a questão do tapete pré-moldado e todo mundo que conhece pista, que vai à pista, que frequenta as pistas, a gente pode citar duas: uma aqui em São Paulo, a do NAR, em Santo Amaro e a da CBAt, lá em Bragança Paulista, são pistas com mais de 10 anos, 15 anos no caso lá de Bragança e que elas estão aí firmes e fortes. E a nossa, na verdade nós fizemos um Retoping nela há 8, 9 anos. Acredito que a gente deva realmente buscar essa possibilidade de uma pista com tapete. Um dos fornecedores aí, deve haver outros fornecedores, mas a gente conhece a pista Mondo, que é a pista que será usada agora nos Jogos Olímpicos. Então, acredito que seja uma medida interessante, pista macia, está tudo certo. A questão da casinha do atletismo, da salinha do atletismo é uma reforma, uma atualização do que temos lá. Aquilo lá está muito antigo, piso antigo, falta de ventilação, aquilo lá está há muito tempo sem intervenção nenhuma e é necessário que seja feito. Algumas pessoas falam: Bom, ali, o treinamento, vão colocar uma área de treinamento. É uma área de aquecimento que o esporte, atletismo tem que ter, assim como existe nos saltos ornamentais, assim como existe na piscina coberta, assim como existe no Judô, assim como existe na ginástica artística, são equipamentos, implementos de apoio, além da guarda dos equipamentos. A questão do armário lá para o “Delas”, eu acho que a gente poderia estudar realmente, – Mais uma vez a Comissão de Obras foi muito feliz – nós devemos estudar melhor esse assunto para que a gente não tire a questão arquitetônica da pista e não crie elementos novos lá, estranhos ao campo de atletismo. Nós temos, o Engenheiro Gerson sabe, que nós temos embaixo da casinha de atletismo, uma espécie de uma toca, um buraco que a porta é bem embaixo, onde guardam equipamentos. Quem sabe ali a gente consiga, não sei se existe viabilidade de engenharia para ser fazer algo um pouco mais robusto, um pouco mais profundo, que a gente consiga usar como guarda de materiais não só para o atletismo, mas para os equipamentos, para os remergômetros, porque não temos Remo aqui, o Remo está na raia, nós temos aqui os aparelhos de remergômetro, que são feitos, que são instalados dia a dia e são

arrastados e transportados pela pista. Se a gente tiver um local melhor para guardar, estrutura de carrinhos, prateleiras eu acho que a gente consegue melhorar bem isso. E também os equipamentos do “Delas”, “Ativas”, da ginástica feminina lá. Também os equipamentos que são usados no máster trainer do Atletismo, é outra atividade com 70, 80 pessoas inscritas, né, Fernanda. Nós temos várias atividades ali naquele local que a gente precisaria ter um local melhor. E aí finalizo, dizendo o seguinte, o Pinheiros merece e precisa ter a melhor pista de atletismo possível. Eu acho que não é irrelevante a questão da certificação, eu acho que a gente tem que ter uma pista que possa ser certificada pela World Athletics sim, mesmo sem necessidade eu acho que a gente precisa ter, como a gente tem a melhor piscina, a gente tem que ter a melhor pista, como a gente tem um bom campo de Futebol, talvez não o melhor, nós precisamos ter sim, como diria, usando aqui a ausência do ex-Presidente Arlindo, o Pinheiros precisa sim ter o melhor equipamento para os associados, para os atletas, para todas as modalidades que usam e utilizam aquele espaço. Deixe-me ver se esqueci alguma coisa. Gostei dessa informação do convite ao Engenheiro Miller, porque realmente ele conhece bastante o assunto, eu apoio e vejo que as pessoas procuram muito o Engenheiro Miller, nós estamos juntos diariamente, as pessoas perguntam sobre a pista, o que foi feito. Ele participou dos dois movimentos, desde a primeira pista sintética e nós temos que usar a experiência das pessoas aqui no Clube para o bem do Clube. O Clube tem que fazer sempre o melhor. Enfim, eu acho que a gente deveria sim buscar a pista de tapete, a pista pré-moldada, que eu acho que a gente vai ter uma surpresa, uma durabilidade muito maior e o Pinheiros vai estar bem servido. Muito obrigado.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – ... Sr. Presidente, uma coisa importante em relação a esse tema que está sendo colocado em pauta, que eu vejo mínimo, mas relevante, é o comentário que o Conselheiro Arnaldo fez, de se referir a uma intervenção no campo de Atletismo. Costumamos dizer a pista de atletismo. A pista de atletismo, como mostrado pelo Engenheiro Gerson, ela é composta por diversos equipamentos para finalidades diferentes. E essa noção que nós temos um campo de atletismo, que é um equipamento único, ela deve ser preservada, porque do contrário nós podemos eventualmente cometer um engano, que seria equivalente a pegar nossa piscina Myrtha e colocar um tobogã para diversão. Haveria um desvio de finalidade tão grande que não mereceria ser feito e nem discutido. Essa noção de campo de atletismo, Conselheiro Arnaldo, é muito bacana que você nos tenha trazido, para que a gente tenha nesta reunião condições de deliberar de uma maneira mais adequada. Com relação à certificação é muito importante, eu gostaria de trazer aqui um pouco do parecer da Comissão de Obras, que, aliás, parabeno a Comissão de Obras mais uma vez nesta tribuna pelo brilhante trabalho que faz de forma dedicada, detalhada e fácil de ler e entender. Também parabeno aí a Comissão de Finanças, pelo fato como foi a fundo no processo, trazendo informações que permitiram trazer elementos de discussão bastante importantes para este Conselho. Nesse sentido, Sr. Presidente, a Comissão, salvo se estiver enganado, Conselheiro Tatit, me avise, mas em relação à certificação, ela diz o seguinte, que a pista tem que ter condições de ser certificada. Então, no edital, é muito claro, não diz que a empresa que vá fazer a pista tem que ser certificada, ela diz que a pista tem que ter condições de ser certificada. E nós temos que tomar muito cuidado com isso para que não tenhamos um certame competitivo dentre os eventuais fornecedores, prejudicado. E nesse sentido, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma proposição e essa

proposição é fundamentada nos termos do Art. 45 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo, no parágrafo 1º, alínea “d”, para os novos Conselheiros e isso se trata de uma proposta aditiva, ou seja, a proposta da Diretoria será adicionada desta proposta que eu coloco aqui para o Sr. Presidente. E a proposta é a seguinte, que as recomendações da Comissão de Obras sejam tratadas como determinações deste Conselho a serem seguidas pela Diretoria. Justifico esse pedido a todos os Membros do Conselho pelo seguinte, nós temos visto aqui um conjunto de insatisfações que são trazidas a este Conselho, que são debatidas em termos das nossas redes sociais e das mídias que estão trazendo temas constantes do Conselho para discussão do corpo associativo, algum tipo de insatisfação com relação à forma como se tocam os processos. E no parecer da Comissão de Obras fica muito claro que ela deixa como recomendação critérios que minimizam esse tipo de desconforto. E por isso eu gostaria que este parecer da Comissão de Obras, as recomendações que existem nele sejam trazidas ao nível de importância que essa Comissão está dando. E esse nível de importância para ser colocado aqui a este Conselho como apreciação de uma proposta adicional, uma proposta aditiva, na qual estas recomendações sejam apreciadas por este Conselho e votadas como determinação. É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi (aparte) – Presidente, com licença. Eu gostaria de me opor ao que está pedindo o Conselheiro Luís, fazer uma ressalva quanto à iluminação. Eu concordo que todas as diretrizes podem ser endossadas, menos a diretriz de iluminação, de 100 LUX para 900 LUX é exagerado. Eu sento no Boliche e tenho o olho ofuscado. A iluminação do Clube está péssima, eu não entrego a guarda do galinheiro para a raposa, então, eu não entrego o projeto de iluminação para a Phillips. Eu preciso de três escritórios de luminotécnica com um projeto viável para a vizinhança também.

Presidente – O Conselheiro gostaria de fazer alguma consideração a respeito do aparte?

Luís Alberto Figueiredo de Sousa – É um aparte relacionado a um trecho do projeto e eu referi-me ao parecer da Comissão de Obras em relação à pista que está contida no campo de atletismo. A observação da Conselheira Vanessa é em relação a outro tema, que não é o tema que eu trouxe para discussão.

Presidente – Perfeito. Obrigado, Conselheiro Luís Alberto. Conselheira Vanessa gostaria de se inscrever para se pronunciar?

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Eu vou falar.

Presidente – Conselheira Vanessa, nós vamos inscrevê-la.

Ana Claudia Alves de Sá – ... O Clube é uma Instituição com aproximadamente 39 mil sócios, e é necessário que esteja sempre em condições de atender à demanda dos seus usuários. Para isso, é necessário providenciar manutenções regulares e criar novos dispositivos para atender a este público, num movimento constante. Hoje temos uma decisão importante para o Pinheiros no que diz respeito à aprovação do expressivo valor que será aplicado em melhorias dos

diversos locais, a saber: Pista de atletismo, Iluminação de LED da pista de atletismo, Casa do Atletismo, 12 quadras de saibro e 2 quadras rápidas de Tênis que receberão manutenção, e, Irrigação das quadras de saibro. O valor total a ser aprovado é de R\$9.388.977,92. O que eu gostaria de trazer à reflexão de todos aqui presentes é que examinando o material fornecido pela Diretoria, não me foi possível concluir de que forma os valores apresentados foram calculados. Na primeira página está escrito que a estimativa foi realizada tendo como base um projeto básico. Um projeto básico, senhores, não traz os elementos e detalhes necessários para se elaborar uma estimativa, muito menos com números não inteiros. Uma estimativa se faz a partir de projetos executivos, inteiramente cotados, acompanhados de material descritivo de serviços, prazo de execução de cada etapa. O nível dos detalhes é a ferramenta essencial para se calcular quanto uma obra vai custar. A documentação apresentada de todas as obras que serão discutidas na noite de hoje está longe de cumprir essa meta, portanto, eu venho pedir a retirada de pauta e solicitar que a Diretoria apresente o complemento das informações necessárias para análise. Sim, o Clube precisa dessas obras, mas a responsabilidade do Conselho com o dinheiro do associado vem antes. Acredito que ninguém aqui nesta sala, quando vai construir a sua casa, recebe um orçamento de obra e assina um cheque em branco. É só isso. Obrigada.

Presidente – O pedido da Conselheira é regimental, será submetido no momento oportuno para votação do Plenário.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – Sr. Presidente, tendo em vista as opiniões aqui muito bem levadas aqui à discussão dos demais colegas, eu abro mão da palavra, apenas encaminho meu voto favorável à proposta encaminhada pela Diretoria.

José Manssur (fora do microfone) – Abro mão e requeiro, se não houver mais inscritos, da forma regimental, que V. Sa. consulte o Plenário se já está em condições de deliberar.

Presidente – Conselheiro Efetivo, nós temos três inscritos, terminando, eu vou consultar o Plenário. Muito obrigado.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Senhores, eu vou complementar então a minha manifestação, que eu entendo que uma obra desse porte, e é óbvio que precisa, é óbvio que é necessário, mas uma obra desse porte não pode ser feita sem contemplar uma questão de acessibilidade básica. Então, a rampa de acesso ao campo de atletismo, à pista de atletismo, o que quer que seja, faz parte dessa obra. Então, ela precisa estar incluída nisso. Eu ouvi com muito interesse a manifestação do Dr. Manssur sobre o fato de que essa rampa pode ser feita em caráter emergencial, mas aí nós temos um problema e eu reitero o que a Conselheira Ana Claudia falou, porque essa rampa, embora ela possa ser feita em caráter emergencial, até dada a obrigatoriedade, os compromissos com o Ministério Público, ela não está orçada, então, nós precisamos saber em quantos reais essa rampa vai impactar o custo da obra. Acredito que não seja um valor relevante, mas sou leigo, não tenho a menor condição e também me sinto um pouco inseguro em relação a todas as questões que não foram respondidas a contento. Então,

eu reitero, com mais esse acréscimo da rampa de atletismo, o pedido de retirada de pauta, especificamente para que ele volte contemplando a rampa de acesso.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Sr. Presidente.

Presidente – Conselheiro Luiz Carlos, o Diretor gostaria de prestar algum esclarecimento, talvez especificamente com relação à rampa.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Especificamente.

Presidente – O Conselheiro permite esse esclarecimento?

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Sim, por favor.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Do jeito que foi dito parece que não tem rampa. Lá tem uma rampa sim, ela está de um lado. Está sendo estudada alternativamente colocar do outro lado. Então, não é que não tenha rampa, tem rampa sim. E também nunca foi dito que precisaria ter duas, nós é que podemos melhorar a situação, colocando uma segunda rampa. Então, Sr. Presidente, nós temos essa rampa projetada e com o custo estimado da ordem de 3,8% do valor da obra, algo em torno de R\$ 180, R\$200.000,00, isso é só como referência. Podemos, como disse o Conselheiro Manssur, ao longo da própria execução da obra a gente apresentar uma nova definição e complemento. É um valor que está até menor do que as imprevisibilidades, então, a qualquer momento ela pode ser acrescentada. E deixando claro que existe uma rampa sim.

Presidente – Conselheiro Luiz Carlos gostaria de fazer alguma consideração.

...

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Olha, o Clube poderia ter só uma portaria, ele tem quantas? Seis. Então, a rampa de acesso, nós temos um campo de atletismo grande e as pessoas que precisam de uma acessibilidade podem chegar dos dois lados. Então, a questão de acessibilidade é importante sim e uma rampa só, desculpe-me, uma rampa só não basta. A gente precisaria consultar as pessoas que necessitam das rampas e que daqui a anos poderemos ser nós mesmos que necessitaremos. O Presidente Ivan também mencionou a necessidade das rampas em relação aos eventos, às festividades. Então, realmente eu acho, desculpe-me, Diretor, mas uma insensibilidade o senhor questionar a necessidade dessa rampa.

Gerson Aguiar de Brito Vianna (fora do microfone) – Eu não estou questionando a necessidade.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – O senhor questionou, o senhor falou que uma rampa basta. Palavras do senhor, o senhor falou uma rampa basta, talvez para muitas pessoas não baste.

José Manssur – Conselheiro, o senhor me permite um aparte?

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Sim, claro, Dr. Manssur.

José Manssur (aparte) – São duas coisas bem distintas e eu pediria sua tranquilidade. A essencialidade da rampa foi por mim dito anteriormente e ela tem que ser devidamente equacionada pelo órgão gestor do Clube. Outra coisa completamente diferente, é por esta questão que é relevante pleitear-se a retirada de pauta quando há previsão expressa de como solucionar essa questão. Eu dissera apenas e tão somente citando o artigo. Agora eu vou ler ao senhor para verificar da possibilidade existente...

- Manifestação de Conselheiro no plenário: Qual é o aparte?

José Manssur – Eu já vou formular, Conselheiro, se o senhor tiver um pouquinho de calma, o senhor ouvirá. Não sei quem fez a intervenção, mas se o senhor tiver um pouco de calma, com todo respeito e acatamento, eu formularei. Diz o parágrafo 2º, do Art. 152: Para se fazer a rampa, como todas as obras aqui discutidas, é do Fundo Especial, em casos excepcionais em que a urgência necessita execução imediata de obras, e dá os exemplos, a Diretoria poderá tomar as medidas necessárias desde que as Comissões Permanentes de Obras, Jurídica e Financeira sejam imediatamente informadas e que no prazo de 30 dias solicite ao Conselho a ratificação das providências necessárias, com os valores envolvidos. Então, ele tem essa condição de executar esta obra, comunicando aos setores interferentes e informando ao Conselho no prazo de 30 dias para ratificar os valores envolvidos. Se eles forem desproporcionais existem as adequações necessárias para coibir ou para corrigir essa desproporcionalidade, inclusive com responsabilização. Portanto, o seu pleito com relação à rampa, ela pode ser perfeitamente equacionada e deverá sê-lo quando da execução da obra. É essa questão de ordem que eu formulo e consultando, com a grandeza que o caracteriza, que diante desta leitura, que o pedido de retirada de pauta do assunto com esta consideração de no exercício da execução da obra, a Diretoria verificar da necessidade da execução da rampa e fazê-lo, comunicando a Casa. Era isso.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Dr. Manssur, muito obrigado pelo esclarecimento. O pedido de retirada de pauta na verdade não é meu, quer dizer, ele já existe.

José Manssur – O senhor aderiu.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Sim.

José Manssur – E ela o fez por outro fundamento.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Sim, por outro fundamento. Então, o que eu peço é que se for aprovado, seja com essa recomendação de que na próxima sessão volte com os apartes dos orçamentos para que isso seja feito, porque a minha preocupação, Dr. Manssur, como eu expliquei, é isso. Eu entendi que isso possa ser feito, mas fico, continuo com essa insegurança em relação aos valores. O Diretor Gerson já esclareceu que fica em torno de 3%, então, aguardamos, se for aprovado, o mês que vem, ou se for mantido, que no mês que vem venha esse adendo.

...

José Manssur – O senhor terminou?

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Sim.

José Manssur – Então, aproveitando o ensejo, Sr. Presidente, eu gostaria de colocar à Mesa, porque houve aqui uma proposta aditiva e não sei se as Comissões se pronunciaram e tenho dúvida se proposta aditiva para esse tipo de matéria pode ser expressa. Parece que há alguma coisa no Regulamento se possa ser expressa verbalmente, porque as Comissões não se pronunciaram a respeito, mas a douta Mesa saberá como decidir essa questão.

Presidente – Vamos decidir. Mas antes de o Conselheiro Luiz Carlos sair da tribuna, me permita fazer um questionamento à Diretoria, porque traria uma tranquilidade a este Plenário, até porque o pleito me parece muito justo. Há condições de a Diretoria, se aprovada a verba, executar a obra da rampa com a verba já aprovada? Claro que se houver necessidade de um pedido adicional que venha ao Conselho, mas que nós já tenhamos a tranquilidade de que nesta obra já esteja contemplada a construção da nova rampa de acesso à pista de atletismo. Era só esse questionamento que eu gostaria de fazer a Vossa Senhoria.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Assim será. Será construída a rampa.

Presidente – Obrigado, Conselheiro Luiz Carlos, agradeço mais uma vez por sua intervenção, sempre útil e adequada.

Antonio Moreno Neto – ... Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma colocação com relação – Primeiro, parabéns por ter colocado esse assunto da rampa para ser aprovado, porque realmente é uma necessidade – eu gostaria de fazer uma colocação com relação a algumas coisas que escutei aqui hoje, que realmente gostaria de analisar junto com os Conselheiros. Eu sou Conselheiro há mais de 35 anos, tive a honra de ser Presidente da Diretoria, vou fazer uma colocação com todo cuidado com relação às competências que estão no Estatuto e no Regimento Interno do nosso Clube com relação às competências do Conselho e da Diretoria. O Conselho, tudo que é feito pela Diretoria deve ser aprovado aqui pelo Conselho, se não tiver anuência não dá para a Diretoria realizar. Mas têm certas coisas em minha opinião – E falo como ex-Presidente Executivo do Clube e aqui têm vários que foram também – que

ultrapassam o entendimento. Por exemplo, a Diretoria de Patrimônio junto com uma Comissão escolhida com vários Conselheiros fez apresentação e colocou os valores. Algumas empresas foram consultadas com relação aos serviços a serem executados. Não fizeram concorrência. E eu ouço aqui Conselheiro dizendo que precisa fazer uma tomada de preço, uma valorização de preço e apresentar anteriormente. Então, eu pergunto, essa é função da Diretoria Executiva, não é função de antes de fazer a concorrência você fornecer preços das empresas, isso não existe. Então, eu acho que certas coisas estão ultrapassando o limite. Outra ponderação que quero dizer é com relação ao que foi colocado por um Conselheiro, de que o parecer da Comissão de Obras seja determinante e não seja um parecer de recomendação. Isso também, pelo nosso Estatuto, eu vou falar do jeito que entendo e que acho que a gente conhece, nosso Estatuto, as Comissões são constituídas para dar assessoria e consultoria ao Conselho e à Diretoria, elas não são propositivas em ações que sejam determinantes. Nós estamos fugindo do que está escrito em nosso Conselho e em nosso Regimento. Então, gostaria de colocar que nós temos que fazer uma reflexão sobre o que estamos colocando aqui no Conselho. Chegou-se ao ponto de se falar aqui num projeto executivo. Quem conhece aqui o que é projeto executivo, você tem o anteprojeto, tem o projeto básico e o projeto executivo. Projeto executivo nem nós engenheiros podemos ir ao detalhe para saber se está correto ou não, isso não existe, isso é competência da Diretoria. E quando elegemos uma Diretoria nós damos um voto de confiança para que ela aja conforme o nosso Estatuto. Nós temos sim que fiscalizar, analisar e aprovar, mas não executar. Então, acho que estamos ultrapassando os limites da nossa competência. Muito obrigado, Presidente.

Cândido Padin Neto – ... Como fui Diretor na gestão do Ivan e Conselheiro, então estou à vontade para ver de um lado e ver do outro. Como Conselheiro eu sempre me pautei, e quando estava lá – Aqui o Reinaldo e eu sempre lutava com ele, ficava lá o dia inteiro, a manhã inteira, né, Reinaldo – para que viesse para o Conselho as coisas mais esmiuçadas para que todos pudessem ver que tinha uma transparência muito grande. Embora, não que não esteja, mas que vocês pudessem chegar aqui e falar: Não, isso aqui eu acho que está certo. Nós estamos falando de uma obra, aí vai para o Conselheiro falar: Bom, eu aceito, sim. Bom, sou técnico, vou pegar. Não tinha um memorial descritivo. Toni falou, eu estou dando um cheque em branco, mas você está falando de valor – Está bom, eu não estou, estou dando um valor – Dei um valor lá, X. Iluminação, R\$ 1 milhão e tanto. Quantas lâmpadas? Não sei. Então, aí como que eu posso chegar e falar: Não, está OK, é mais ou menos isso ou isso ou aquilo, eu não sei o quê. Então, as coisas em vez de melhorarem, estou achando que a gente está voltando naquele período. E vão vir muito mais obras aqui e talvez de vultos muito maiores e que para nós, vamos ficar: Como é que nós vamos fazer isso? Então, até acho que as Comissões, que eu vejo as Comissões sempre os mesmos. Deveria mudar muito essas Comissões, inclusive as pessoas, não sempre os mesmos – Já conversei com todos, são todos meus amigos – para poder ter uma transparência maior. É isso que eu luto aqui no Conselho, sempre lutei por isso. Fico: Ah, profissionalizar, profissionalizar. Mas é verdade, poderíamos ter um conselho de administração, não só um Presidente, mas um conselho, eu luto por isso. E a gente oxigena o Conselho. Se não fosse agora atuação do Presidente do nosso Conselho a rampa não ia sair, mas ele foi mais enfático, colocou: Ah, bom, então vai sair a rampa. Quer dizer, vai sair a rampa, é como bolo de casa, a mãe vai batendo: Ah, põe um pouco mais de açúcar aqui. Espera aí: Ah, põe mais 200g disso

aqui, e é assim. Mas aqui não é, aqui é um projeto de R\$5.000.000,00 que estamos colocando. Quando nós falamos da impermeabilização é coisa séria. Ninguém faz uma obra dessas sem verificar antes, isso é primário. E não fui eu, graças a Deus veio outro Conselheiro, porque senão iam falar: É o Padin. Mas eu não sou do contra, estou querendo preservar o nosso patrimônio, para que depois não chegue e jogue tudo na água o valor que estamos colocando aqui. Vamos ver antes. Abre, verifica como está lá. E vamos colocar. Vamos colocar esse dinheiro, para não colocar duas vezes. Então, o que peço é que as coisas, Dr. Guilherme, sejam feitas com mais cuidado. Nós temos tempo, então, faça com um pouco mais de cuidado. Tragam um memorial melhor para que a gente possa realmente falar: Pô, legal, está bom, vamos aprovar, sem problema. É isso que eu peço, simples assim.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Sr. Presidente, só um complemento. Especificamente sobre o projeto de iluminação, que teve dois apartes, eu queria esclarecer o seguinte, que no orçamento enviado a todos os Conselheiros, no item 2.2.1 estão especificadas 122 luminárias. Está bem detalhado, é um projeto que está muito bem feito. Quanto à outra observação feita, o sistema de iluminação não vai ser adquirido da Phillips diretamente, ela serviu como base de projeto. Agora será feita uma concorrência, como sempre se fez no Clube, consultando outras proponentes sobre o projeto.

Presidente – Obrigado, Diretor Gerson.

Flávio Henrique Rosa Tatit (aparte) – Presidente, um aparte em relação àquilo que o Cândido comentou e confirmando praticamente o que o Gerson falou. Se nós olharmos o parecer da Comissão de Obras, foi fornecido um projeto luminotécnico, é verdade que é um projeto básico e não foi a Phillips que fez e foi estimado um total 118 luminárias ou seja nós sabemos o que está sendo proposto. É lógico que depois, em sendo aprovado vai ter um projeto executivo, sendo possível que tenha alteração das quantidades, um pouco para mais ou para menos. E se tiver alteração, a Diretoria virá aqui, pedirá mais recursos se houver necessidade, o que não é provável, já que foi prevista uma verba boa para imprevistos. Ou seja, foi feito um pré-estudo. Só para deixar claro isso.

Alexandre Perrone Lomonaco – Sr. Presidente, apenas, às vezes fico inquieto como a gente vai alinhando as coisas. Então, assim, há uma vontade no Plenário de aprovar a rampa. O Diretor Gerson disse que o valor é R\$ 200.000,00, então, acho que devíamos transformar e fazer uma votação correta de uma proposta feita, insistida pelo Conselheiro Luiz Carlos de uma aditiva de R\$ 200.000,00.

José Manssur (fora do microfone) – Presidente, me permita.

- Manifestação de Conselheiro no plenário.

Alexandre Perrone Lomonaco – Mas eu não preciso concordar com o que ele falou, porque é o seguinte, se a gente para cada aditiva que vier a este Plenário, para todos os assuntos a gente ouvir as Comissões, precisa acabar com a aditiva, porque todos os assuntos têm parecer de

Comissão e a gente corriqueiramente faz aditiva, a gente faz alterações sem as Comissões. E nós estamos para, teoricamente, obedecer ao Estatuto, deixando de consignar o que de fato aconteceu, que é o pedido de um Conselheiro, a insistência dele para que se adicione a rampa. Só falta pôr o valor, não há muito que as Comissões comentarem sobre isso, mesmo porque elas são órgãos assessoriais, o principal é o Plenário, são as 200 pessoas eleitas. Então, faço pedido que o Conselheiro Luiz Carlos tenha reconhecido seu pedido como aditiva. Obrigado.

Presidente – Conselheiro Lomonaco, justamente por entender justo o pleito do Conselheiro Luiz Carlos fiz a indagação ao Diretor e o Diretor respondeu a todo o Plenário que a rampa será sim executada dentro da verba que nós estamos aqui deliberando. Claro que se houver necessidade de um pedido adicional virá ao Conselho. De qualquer forma, até consulto o Plenário se está tranquilo com relação a este item ou se devo de fato colocar em votação essa proposta feita pelo Conselheiro Lomonaco. Me parece que o Plenário está tranquilo. Vamos ouvir o Conselheiro Alberto Sansiviero e como nós estamos deliberando de forma aglutinada os 3 itens da pauta, a Conselheira Vanessa havia se inscrito no item com relação à iluminação. Então, vou dar oportunidade para a Conselheira Vanessa se pronunciar, em seguida consultarei o Plenário se está esclarecido... vamos assim dar encaminhamento aos trabalhos. Muito obrigado.

Alberto Sansiviero Junior – ... Bom, eu fiz várias anotações aqui de todos os pronunciamentos. Acho que as explicações do Gerson foram muito proveitosas. Tem um ponto ali que acho que nos conforta. Você disse que fizemos tomada de preço com quatro empresas. Meu questionamento é por que se a gente faz a tomada de preço não se compartilha isso com o Conselho? Acho que nos sentiríamos, eu pelo menos me sentiria mais confortável tendo acesso a esse tipo de informação. Falamos aqui da iluminação, o Julinho fez um questionamento sobre a impermeabilização, irrigação. O Beto trouxe outras questões. O ponto que queria fazer aqui, vou pular algumas considerações para tentar ser breve, mas quando faço uma reforma em minha casa ou quando, vivo em condomínio, quando discuto uma reforma no condomínio, já fui síndico e vivi isso em algumas situações, eu sempre procurei respaldar minha decisão num processo robusto de avaliação. E nesse sentido, tomando como referência aqui uma consideração que fez um dos nossos ex-Presidentes, o Toni, eu queria fazer uma referência ao código de melhores práticas de governança corporativa do IBGC, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, que é endereçado a várias organizações. Dentre elas, entidades sem fins lucrativos, companhias de capital aberto, fechado, mas acho que serve de referência para nós, e o IBGC preconiza que os cinco princípios que norteiam a boa governança corporativa são integridade, transparência, equidade, responsabilização e sustentabilidade. E o código define – Quem quiser ter acesso ao código, é um documento público, se alguém quiser eu compartilho com vocês – ele define como transparência “Disponibilizar para as partes interessadas informações verdadeiras, tempestivas, coerentes, claras e relevantes, sejam elas positivas ou negativas e não apenas aquelas exigidas por lei ou regulamentos. Essas informações não devem restringir-se ao desempenho econômico, financeiro, contemplando também os fatores ambiental, social e de governança. A promoção da transparência favorece o desenvolvimento dos negócios e estimula um ambiente de confiança para o relacionamento de todas as partes interessadas”. Bom, eu acredito que uma das nossas funções aqui no Conselho Deliberativo do

Esporte Clube Pinheiros está intimamente relacionada com a função de um Conselheiro ou de uma Conselheira administrativo e como define esse mesmo código que acabei de citar, os Conselheiros “possuem deveres fiduciários para com a organização, o que inclui orientar e monitorar a Diretoria, atuando como ele entre ela e os sócios, com vistas à geração de valor sustentável no curto, médio e longo prazos para organização, seus sócios e demais partes interessadas”. Bom, considerando essa que eu considero uma das funções principais nossas nessa noite, nós estamos falando de verbas, eu acho que isso está muito relacionado a questões de um Conselho administrativo e com objetivo fundamental de que nós possamos aprovar realização dessas obras que são fundamentais. Nós estamos discutindo temas que são importantíssimos para nós. Nós todos queremos equipamentos de boa qualidade no Clube. Eu reforço aqui o pedido de retirada de pauta para que a gente possa receber essas informações e possamos tomar a decisão numa reunião futura substanciada num melhor conjunto de informações. Caso a gente prossiga com a votação eu gostaria de sugerir ou de solicitar que a gente votasse obrigatoriedade da manutenção dessa Comissão Especial e o acompanhamento do processo por parte dessa Comissão, para que nós aqui Conselheiros possamos ter, aqueles Membros que se envolveram nesse processo, mantidos, acompanhando e nos subsidiando posteriormente com as melhores referências sobre o tema. É isso. Agradeço a todos. Boa noite.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Boa noite a todos, vou procurar ser célere. Primeiramente, Presidente Toni, parabéns pela sua lucidez. Vou tentar me balizar pelas diretrizes que você colocou aqui ao falar. Eu não tenho interesse em ver três orçamentos de luminotécnica. Não tenho interesse em bloquear a aprovação da reforma da pista, eu gostaria que ela fosse feita rapidamente e para ontem. Eu quero aprovar e gostaria de aprovar majorando do valor que está sendo pedido em R\$ 200.000,00, para garantir as rampas. Posto isso, e querem que eu dê um cheque em branco para a Diretoria de Obras realizar a reforma da pista, eu não dou um cheque em branco para a Diretoria de Obras fazer o projeto de iluminação do jeito que tem sido feito, porque quando eu ando pelo Tênis meu olho é ofuscado. Quando eu sento no Boliche eu não consigo ler o que está na minha mesa, mas eu fico com uma luz mal dimensionada, com excesso de pilares, com pilares hiper dimensionados, com uma quantidade de luminárias de arandelas, luminárias, luzes, lâmpadas, excessiva, com uma quantidade de LUX excessiva. Se eu tenho 100 LUX na pista hoje, precisarei para continuar com um projeto de lazer e leisure, um projeto de uso da pista por sócios; no qual eu estou correndo, não estou jogando Tênis nem pingue-pongue, não estou vendo uma bola branca voando a 120 Km em minha direção, a 300 Km em minha direção, eu estou correndo, posso ficar com o olho relaxado, então, eu não preciso dessa quantidade de LUX ali. Precisaria de no máximo 200 LUX, acabou. É uma coisa simples. E se eu quiser ter um evento ali, onde eu precise de maior iluminação, eu posso ter o interruptor A e o interruptor B, onde eu tenho um projeto para 200 LUX e um projeto para no máximo 500 LUX, que é o que já tem nas quadras de Tênis, na área que foi reformada no Tênis, e que já é muito. 500 LUX, que é o que foi instalado no Tênis, já é muito para uma pista de atletismo. Então, eu sugeri isso no grupo da PP. Não recebi ressonância. Eu me coloco aqui como arquiteta. Eu vejo que os engenheiros têm um pouco de medo de me ouvir falar. É claro, engenheiro não tem conforto nas matérias de engenharia. Eu tive luminotécnica, mas eu poderia dizer que eu tive lumino artística voltada para bom gosto, para conforto, para qualidade ambiental. Quando eu ando no Clube hoje eu

vejo que a Diretoria de Obras errou muito e de forma crassa na iluminação. Por isso que estou pedindo, por favor, que a diretoria de iluminação seja completamente revista. Eu me coloco para ajudar, mas não fornecendo documentos técnicos, eu quero fornecer visões de bom gosto, eu quero fornecer exemplos pragmáticos de sucesso de iluminação. E eu não vejo que um exemplo, por exemplo, seja o Paulistano instalando 900 LUX nas instalações deles. E se o Paulistano colocar 900 LUX, por que o Pinheiros tem que colocar igual? Não temos que seguir ninguém, somos independentes aqui. Então, é isso que eu gostaria de colocar para os engenheiros da Diretoria de Obras.

Flávio Henrique Rosa Tatit (aparte) – Eu concordo com você, o Dr. Guilherme chegou a ler o parecer das Comissões na parte de iluminação. Vou ler para você uma das recomendações da Comissão de Obras, a Recomendação 9.2, Contratação do projeto executivo de luminoteca: A Comissão Permanente de Obras recomenda que o projeto executivo de luminoteca seja executado por empresa especializada que não seja fabricante, fornecedora de lâmpadas de LED. Ou seja, nós estamos sugerindo que seja contratada uma empresa, ela que vai definir, não somos nós nem o Patrimônio, se vão ser 500 LUX...

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Somos nós.

Flávio Henrique Rosa Tatit – ...essa empresa será contratada, empresa especializada nisso.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Não, Tatit, nós temos que definir, nós como sócios, como Conselheiros, como Diretores temos que definir se uma empresa vai colocar 900 LUX em nosso Clube.

Flávio Henrique Rosa Tatit – Não, essa empresa tem know-how melhor ou tanto quanto você.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Mas esse know-how já comprovou que eles têm errado, que a forma como está sendo feito o projeto de iluminação no Clube está conduzida de forma errônea, porque nós não temos tido resultado coerente.

Flávio Henrique Rosa Tatit – Bom, nós estamos sugerindo que não seja fabricante. Só isso.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Isso está certíssimo, concordo plenamente.

Flávio Henrique Rosa Tatit – Está bom. Obrigado.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Presidente, vou completar rapidamente. Eu gostaria de dar dois presentes aqui à Diretoria de Obras, eu sempre procuro ajudar ... Concordo com o Conselheiro Miller de que tem que ser pré-moldado. A obra na pista, para responder à Ana, ela tem que ser feita 50% com uma diminuição da pista, reforma um lado e depois reforma o outro. Então, durante oito meses, a gente não perde a pista integralmente, perde apenas 50% e faz a reforma. E a rampa, do Conselheiro Junqueira, ela será colocada em oposição à rampa que desce para o estacionamento e vai apenas ter que ser mobilizado a pau-mulato, uma árvore

que tem ali, ela tem que ser transplantada e faz-se a rampa ali rapidamente. A pessoa sobe pela rampa ali na Arara e já sobe na pista. Boa noite. Obrigada.

Presidente – Muito obrigado, Conselheira Vanessa. O Presidente da Comissão Permanente Financeira gostaria de fazer um pronunciamento.

Aloísio Bueno Buoro – ... Vou falar por valor agregado aqui, ou seja, não vou dizer tudo que já foi dito, mas eu tenho uma proposta, mas para falar sobre essa proposta eu preciso construir um pouco meu raciocínio. Vou começar a construir meu raciocínio pela Comissão, que tem como obrigação, – Eu tenho uma leitura um pouco diferente do que aquela que foi dita aqui, têm algumas das obrigações – uma obrigação é olhar questões financeiras. Já vou dar exemplo do que é uma questão financeira. E têm questões econômicas. Vou separar um pouco essas duas coisas, que concretamente a gente não consegue muito bem separar, nem é muito saudável que a gente separe questão econômica de questão financeira. Mas questão financeira, o tempo inteiro a gente fica fazendo, tentando olhar se o preço é exatamente aquele preço, se o saibro, o metro quadrado de saibro tem que custar aquilo que está custando. Se o metro quadrado da área construída tem que ser exatamente aquilo. Se as esteiras que a gente vai ter, as novas, ou seja, lá tem que custar aquilo ou não. Quer dizer, você está olhando se o preço faz sentido ou não faz sentido. A necessidade está muito clara, está muito objetiva, mas será que aquele preço que está sendo cobrado faz de fato sentido ou não? Olhando deste ponto de vista uma coisa chama atenção, eu vou tomar uma pequena liberalidade aqui de olhar também não só para o item 2, mas para o item 5 também, tem uma diferença de preço importante. Uma caçamba custa 30% a mais do que a outra caçamba, sendo que é o mesmo contrato que está colocado ali nos dois itens. Essa é uma questão financeira. Ou seja, gostaria de ouvir uma explicação, porque o mesmo contrato de caçamba, apesar de o valor ser razoavelmente pequeno, mas é um valor importante, tem 30% de diferença de um contrato para o outro. Essa é uma questão financeira, esse é tipo de questão financeira. Existe outro tipo de questão econômica. Tipo de questão econômica a gente vai olhar para o bem ao longo do tempo. Ou seja, este raciocínio que a gente estava fazendo aqui de a pista durar 10 anos, 5 anos, 17 anos, assim por diante, é o que a gente vai olhar para questões econômicas. Ou seja, qual é o melhor investimento que faz com esse dinheiro que a gente está querendo investir? A gente faz um investimento de longo prazo, de curto prazo, mais urgente, menos urgente? É mais rápido construir ou é mais difícil de ele acabar ao longo do tempo, assim por diante? Para esse tipo de questão tem uma coisa que vai nos ajudar enormemente em todos os processos que a gente vai fazer aqui, que vai do meu ponto de vista facilitar muito também aqui as nossas discussões, é que a gente precisa olhar todas essas coisas do ponto de vista de sustentabilidade. Se a gente colocar a sustentabilidade, conceito de sustentabilidade logo de cara, isso ajuda muito a gente olhar as questões econômicas. Acho que a gente tem feito isso nessa discussão aqui. A gente tem colocado essas questões de sustentabilidade. Para fazer minha proposta eu vou, primeiro, parabenizar, dado que já foi falado aqui que houve reuniões anteriores e tudo mais, essa apresentação que foi feita, acho que foi muito bem-feita. A gente conversou antes, foram feitas reuniões antes, ou seja, toda vez que vierem apresentações contando o histórico para a gente, contando tudo aquilo que foi feito, dando uma noção, quanto mais noção, quanto mais informações, porque vocês perceberam pela leitura dos

pareceres que tem desencontro de datas. O parecer fala de 2004, apresentação fala de 2006, a outra fala de 2012, 2017, tem desencontro nessas informações. Então, toda vez que vier essa explicação, ela facilita enormemente as nossas discussões. O tempo inteiro que a gente está discutindo aqui e foi falado sobre o Art. 152, a Diretoria tem a possibilidade, o que eu vou chamar de gestão, ela tem a gestão de que quando ela precisa fazer alguma coisa urgente, ela faz e tem um prazo de 30 dias para comunicar três Comissões. E depois as Comissões trazem essa informação para o Conselho. Todo esse, em minha leitura, todo esse arcabouço que a gente tem aqui, todo esse nosso regramento faz este sentido positivo. Ou seja, quando a gestão precisa de dinheiro ela pede. O sentido oposto ela não faz. Ou seja, toda vez que a gente aprova um valor maior, a gestão não diz: Gastei menos, “tô” de volta. Este ponto, se de fato é este o entendimento, se de fato não temos isso em nosso regramento, talvez a gente precise aprofundar esses elementos. Ou, agora minha proposta, a gente faz, aprova com uma determinação da Diretoria, ao invés de passar com uma Comissão Especial, como essa que foi formada para licitação, publicar mensalmente para as Comissões Financeira, de Obras e Jurídica, perdão, e Esportes, mensalmente o andamento do planejamento financeiro, do planejamento de obra, do planejamento esportivo, porque este é um caso que a gente está deliberando agora: se a pista vai ser de um tipo ou de outro tipo, com uma densidade, outra densidade, se está adequado ou não, que as Comissões consigam se pronunciar e aí sim delibera, dá gestão para quem de fato tem que fazer gestão. Essa é a minha proposta.

José Manssur (aparte) – ... Veja, a verba do Fundo de Investimento é específica para esse tipo de obras ou reformas, correto? Se a Diretoria recebe essa verba do Fundo de Investimento, estou indo naquela do reverso que não tem, são 5 e ela gasta 3, por óbvio que ela não vai pegar esses 2 e colocar no Custeio, porque na previsão que nós teremos do que foi autorizado e do que ela efetivamente gastou, vai sobejar determinado valor, que se ela puser no Custeio, tem o regramento no Regimento Interno da Diretoria, que não pode. Por óbvio, nós já tivemos precedentes, que este valor, quer utilizado ou não, quer utilizado a menos retorna para a mesma fonte de origem. É com esse máximo respeito e acatamento que ousou apresentar essa consideração ao senhor.

Aloísio Bueno Buoro – Excelente que haja essa, porque a gente tem histórico de que já foi de um jeito e que já foi de outro jeito, excelente que talvez a tendência seja essa. Mas o que de fato estou falando aqui é que talvez não seja este o caso específico. O caso específico é que a gente não tem ideia precisa do valor.

José Manssur – O senhor é que me ensina nessa área, mas todo mês sai aquele boletim que se chama R.A.M., eu não gosto muito de siglas, eu gosto mais do vernáculo.

Aloísio Bueno Buoro – Relatório de Acompanhamento Mensal.

José Manssur – E nesse Relatório de Acompanhamento Mensal me parece que é feito esse histórico, salvo melhor juízo.

Aloísio Bueno Buoro – O senhor fala uma verdade, no entanto, o R.A.M. é um espelho retrovisor, a ideia de fazer esse acompanhamento e encaminhar às Comissões é justamente para a gente não olhar e vir aqui ao Conselho, eu não posso vir aqui ao Conselho e falar: Em dezembro, que a obra que foi aprovada em julho, foi feita até outubro, porque demora três meses. Em dezembro eu disse: Olha, poxa vida, agora eu fiquei sabendo pelo R.A.M. que deu certo.

José Manssur – Essa eu concordo, a primeira parte é que me deixou perplexo, porque o que sobejar a Fundo de Investimento há de voltar para a mesma fonte de origem, sob pena de consequências um pouco mais sérias.

Aloísio Bueno Buoro – Isso, mas o caso aqui é que a gente não vai chegar nesse nível, por quê? Porque a gente não tem ideia do valor, porque se de fato o metro quadrado do saibro ou se de fato a pista, a borracha da pista for menor, a gente está aprovando uma verba maior com qual intensidade?

José Manssur – Permita-me obtemperar, não vou entrar na discussão, que é proibido. A Ordem do Dia, quer dos itens 2, 3 e 4 e haverá nos 5 e 6 – E já me adianto, Presidente, que vou pedir a palavra pela ordem logo no início, quando terminar essa discussão, como aliás já havia dito a Vossa Senhoria – a Ordem do Dia é para os três itens: Pedido de autorização formulado pela Diretoria, para utilização da verba de Investimento: Item 2, R\$5 milhões; item 3, R\$1 milhão; item 4, R\$91 mil. Se nós autorizarmos, ela terá este limite. Se isso exceder, vão os R\$152 mil, como nós dissemos no caso da rampa. Se não exceder, for suficiente, ele vai prestar conta. Se não for suficiente, o que sobejar, ele retorna ao Fundo de Investimento. É o pedido de autorização e está declinado quer no parecer da Comissão Financeira, de seu honrado e ilustre antecessor, quer na Comissão de Obras o valor desses custos. É assim que eu vejo a questão.

Aloísio Bueno Buoro – Ok.

Cândido Padin Neto (aparte) – Me permite um aparte? Entendi essa diferença que você está pedindo e é realmente o que eu vejo. Eu acho que é um avanço. Se não foi trazido ao Conselho e muitos aqui não estão, vamos dizer aptos para dizer: Não, eu dou esse cheque em branco ou eu aceito isso de um valor que veio assim só no montante e nós não temos detalhadamente, eu acho que está justo o seu pedido. E isso já nos deixaria bem contentes, se a Diretoria desse pelo menos às Comissões mês a mês o memorial de gastos e de quantidade.

Flávio Henrique Rosa Tatit (aparte) – Aloísio, um aparte? Complementando aquilo que você falou, ou seja, o Gerson já esclareceu no caso da pista como ele chegou ao valor. Um valor aproximado, mas é precisão. O que nós recomendamos no parecer da Comissão de Obras: Após equalização das propostas apresentadas, a Comissão Especial de Atletismo escolheria alternativa que melhor atendesse as necessidades do Clube, eles vão examinar, e informaria ao Conselho Deliberativo a alternativa escolhida. Se houver necessidade de mais recursos, o valor adicional será solicitado ao Conselho, ou seja, está sendo pedido isso. Ou seja, provavelmente,

como foi prevista uma verba de contingência de imprevisto é possível que não precise. Mas se precisar é lógico que eles virão ao Conselho para nos informar. Só para esclarecer isso.

Presidente – Vamos, no momento oportuno, submeter a proposta do Conselheiro à votação. Bem, não há mais inscritos. Está encerrada a discussão. A Presidência gostaria de fazer alguns esclarecimentos ao Plenário antes de submeter à votação. Há uma recomendação especificamente da Comissão Permanente Financeira no seguinte sentido de que a atividade “Ativas” não consta do rol de atividades existentes quando da Resolução 2/2020, relacionados no Art. 81 do Regimento Interno da Diretoria. Neste sentido a Diretoria deve regularizar em atendimento ao quanto disposto nos requisitos para implantação de nova seção esportiva. E eu quero fazer um breve esclarecimento ao Plenário, até porque como já foi dito aqui, a atividade “Ativas ECP” é a atividade “Elas”, houve somente uma mudança na nomenclatura, mas é a mesma atividade. E a atividade “Elas” está contemplada na Resolução 2/2020, portanto, ela está devidamente regularizada. Portanto, eu estou entendendo que esta recomendação já está superada diante desse esclarecimento feito pela Presidência ao Plenário. Com relação às outras recomendações, seja pela Comissão Permanente Financeira, seja pela Comissão de Obras e pela Comissão Permanente de Esportes, especificamente aquela relativa à Comissão Permanente de Esportes, a Diretoria já esclareceu através de uma carta, de uma DI encaminhada ao Conselho e disponibilizada às Sras. e aos Srs. Conselheiros, de que aquelas recomendações já estão contempladas no processo licitatório que a Diretoria há de prosseguir, se caso aprovada esta deliberação pelo Plenário do Conselho. Então, a questão da recomendação da Comissão Permanente de Esportes está esclarecida com esta DI apresentada pela Diretoria. Faltam apenas então as recomendações formuladas pelas Comissões Permanentes Financeira e de Obras. Nesse sentido, eu ouvi atentamente, os senhores também, os esclarecimentos prestados pelo Diretor de Patrimônio, de que a Diretoria vai atender às recomendações formuladas pelas Comissões Permanentes Financeira e de Obras. De qualquer forma, eu entendo, e aí eu vou com a devida vênia, eu entendo e até porque existem precedentes desta Casa, de que algumas recomendações emanadas do Plenário do Conselho devam ser tidas com caráter vinculante. E nesse sentido eu vou colocar em votação o quesito, com esta recomendação de que, se aprovado, sejam as recomendações ofertadas pelas Comissões Permanentes, Financeira e de Obras, tidas como determinantes, portanto, devem ser sim respeitadas pela Diretoria. Então, com esses esclarecimentos, eu vou submeter os quesitos aos senhores e às senhoras, claro que existe um pedido regimental de retirada de pauta, portanto, ele é prejudicial e será submetido à votação de forma preliminar. Então, eu vou projetar primeiramente o quesito, vamos colocar todos os processos, em seguida vou projetar o quesito.

Votação (utilizando-se keypad)

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam a proposta formulada em Plenário, de retirada dos processos CD-08/2024, CD-10/2024 e CD-11/2024 da pauta da Reunião, a fim de que retornem para deliberação futura do Conselho Deliberativo?

Resultado: 44 votos SIM, 94 votos NÃO e 02 ABSTENÇÕES.

Presidente – Vamos então projetar o quesito com relação à proposta propriamente dita. Eu só queria fazer um esclarecimento ao Plenário. Na carta DI. 427/2024, de 25/06/2024, constante do processo, às fls. 178/180, a Diretoria faz as seguintes considerações com relação às recomendações formuladas pelas Comissões Permanentes Financeira e de Obras. “...Com relação à recomendação da Comissão Permanente de Obras: Já está previsto no Edital de Licitação o recebimento das propostas das empresas apresentando suas tecnologias, certificado pela World Athletics, a tecnologia a ser empregada deve ter comprovação de que tenha sido utilizado na construção de pistas de atletismo executado nos últimos 10 anos e conste da relação das pistas, publicada pelo World Athletics Certification System. Os proponentes deverão apresentar o modelo do piso oferecido juntamente com o nome do fabricante. Esse piso deverá ser homologado pela WA e o fabricante do produto deverá fornecer um documento oficial que comprove o fornecimento de 100% dos materiais necessários para que o proponente possa executar o projeto. Além disso, é condição do edital, que o fabricante acompanhe a execução do projeto, garantindo a excelência e a qualidade do produto final. O critério de segurança será analisado pela Comissão Especial de Licitação para reforma da pista de atletismo e pelos profissionais do Clube. Informamos que será realizada inspeção para verificação das condições da manta instalada sobre o estrado atual e acrescentamos que em 91 foi realizada manutenção com substituição da manta geossintética BIDIN. Após entrega das propostas, na etapa de negociação realizada pelo Departamento de Suprimentos, será possível analisar o formato e faturamento direto para se obter a melhor condição tributária na operação. Posteriormente à finalização do edital, se houver necessidade de verba adicional, a mesma será encaminhada ao Conselho. Com relação às recomendações formuladas pela Comissão Permanente Financeira, diz a Diretoria: Informamos que “Ativas ECP”, a nomenclatura adotada desde 2023 pela antiga atividade “Elas” – Eu já pude fazer esse esclarecimento ao Plenário – referente ao armário para atividades “Ativas”, esclarecemos que com a verba prevista no Orçamento é possível adotar outros tipos de armários, de modo que sejam atendidas as necessidades definidas pela Comissão Especial de Licitação para reforma da pista de atletismo. Casos os nossos pedidos sejam aprovados pelo Conselho Deliberativo, as atividades para reforma da pista de atletismo e para instalação do sistema de irrigação e de iluminação LED serão executados simultaneamente. O controle financeiro, no entanto, será tratado individualmente. Por fim, entendemos ser possível a otimização de recursos operacionais, considerando o ganho de eficiência dada pela vazão dos aspersores e se comparadas às mangueiras utilizadas com relação ao emprego de recursos humanos envolvidos. Com relação ao sistema de iluminação LED, informamos que o projeto prevê a correção da carência existente, 60 LUX com lâmpadas de vapor metálico de 1.500 watts, para uma média de 966 LUX com novas luminárias LED de 800 watts, mais econômicas no consumo de energia..”. Então, a Diretoria, por essa DI, também já esclarece que as recomendações serão devidamente observadas pela Diretoria.

José Manssur – O senhor já esclareceu. Eu não sei se o quesito vai ser formulado com as recomendações. Então, se for assim, me permito esclarecimento para encaminhamento da votação. O autor da proposta principal é a Diretoria.

Presidente – Sim.

José Manssur – V.Sa. encaminhou às Comissões. Elas como órgão de assessoria da Diretoria e do Conselho formularam seus respectivos pareceres, dos quais constam recomendação. Recomendação, pelo vernáculo é um aconselhamento. A Diretoria, tomando conhecimento dessas recomendações, desse aconselhamento, elaborou de forma vinculativa as cartas que V.Sa. acabou de ler e ratificou em Plenário o cumprimento...

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Não ratificou.

José Manssur – ... Retomando. Apresentou a proposta previamente a esta reunião. Formulou ofícios específicos a respeito de cada recomendação, esclarecendo que as acolherá e confirmou, ratificou em Plenário, e isto tem vinculação, porque constará em ata, de que observará essas recomendações. Razão pela qual, com todo respeito, o quesito poderia ser apenas aquele simples, se as Sras. Conselheiras e os Srs. Conselheiros concordam com o pedido de autorização da Diretoria, para utilização da verba de Investimento às finalidades constantes dos itens 2, 3 e 4 da Ordem do Dia. É como penso, é como voto, Sr. Presidente, com o máximo respeito e acatamento.

Presidente – Conselheira Vanessa.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Sr. Presidente, eu não sei o que eu fiz de errado, eu fui à tribuna e expliquei a todos aqui, todas as pessoas com cognição que 900 LUX é excessivo. Que no Tênis foram colocados 500 LUX. Que hoje na pista, ali como está no relatório da Diretoria, hoje a pista tem 100 LUX, ela vai passar a ter 900 LUX. Eu não endosso isso. Eu gostaria que fosse feita uma votação à parte, para que fosse reiterado isso. Agora o senhor acabou de ler 966 LUX. Quer dizer, eu me propus a ir lá, a colocar o meu conhecimento técnico a favor desta Casa, do julgamento desta Casa e ele simplesmente foi ignorado, é isso que aconteceu? Eu não soube me colocar? O que houve de errado, Presidente?

Presidente – Conselheira Vanessa, a senhora colocou seu ponto de vista, até seu ponto de vista técnico, profissional, dada sua experiência.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Isso.

Presidente – Os Conselheiros e as Conselheiras ouviram com a devida atenção e saberão agora decidir o que é melhor para o Clube, se sim ou não. Essa é uma deliberação que o Plenário haverá de fazer agora. Por favor, Conselheira, a senhora teve oportunidade de se pronunciar, todos ouviram e agora o Plenário vai decidir.

Vanessa Pasquini De Rose Ghilardi – Faltou eu colocar uma sugestão para que o Conselho vote uma retificação da quantidade de LUX do projeto, Presidente.

Presidente – O Plenário vai decidir, Conselheira Vanessa.

Antonio Moreno Neto – Sr. Presidente, completando o que o Conselheiro José Manssur falou, eu pergunto a V. Sa. o seguinte, primeiro, vou dar um exemplo: A Comissão de Obras recomendou que o Clube faça importação do material e aí vão se contatar as empresas, fazer a concorrência e por acaso uma das empresas tenha o material aqui importado em estoque ou acha que não deva ser esse material importado. Quando a recomendação se transforma em determinação eu acho que tira completamente a parte executiva da Diretoria, primeiro.

Presidente – Conselheiro, deixe-me somente fazer um esclarecimento com relação especificamente a este ponto, com todo respeito. ... Não me parece que a recomendação feita pela Comissão Permanente de Obras exija que seja feita a importação, diz assim, eu vou ler para o esclarecimento do Plenário: "...Recomenda-se também que no edital de concorrência seja permitida a importação direta do material". Se o fornecedor não quiser fazer a importação direta ou quiser fazer é uma decisão do fornecedor. Mas não me parece que seja uma exigência que conste dessa recomendação, com relação especificamente a este ponto. Não sei se V. Sa. teria outras considerações a fazer.

Antonio Moreno Neto – Tem. Presidente, queria saber se existe algum antecedente de transformar as recomendações das Comissões em determinações.

Presidente – Sim.

Antonio Moreno Neto – Por quê? Porque pelo Estatuto, e o senhor conhece mil vezes melhor que eu, e pelo nosso Regimento, as Comissões são órgãos de assessoria e consultoria dos dois.

Presidente – Sim.

Antonio Moreno Neto – Transformar em determinante eu acho que está extrapolando, como eu já falei antes, o que compete ao Conselho. Desculpe minha ousadia, quando o senhor coloca que é uma determinação, daqui a pouco todas as propostas que serão colocadas aqui, as Comissões vão fazer recomendações e vão pedir para se transformar em determinações. O Clube vai ficar engessado. Só isso que eu falo para o senhor.

Presidente – Com todo respeito, Conselheiro Efetivo, eu não entendo que haja esta preocupação, não me parece que o Conselho esteja engessando a gestão. Pelo contrário, está trazendo recomendações que vão auxiliar, ajudar a decisão, a melhor decisão a ser tomada pela Diretoria.

Antonio Moreno Neto – Presidente, as recomendações sim,... mas não as determinações. Determinações não.

Presidente – As recomendações.

Antonio Moreno Neto – Recomendações o senhor falou transformar em determinações.

Presidente – Mas aqui, vamos lá, de novo, com todo respeito, eu entendo que todas as recomendações feitas pela Comissão Financeira, exceto aquela a qual já me referi, que diz respeito àquele item 2 da recomendação da Comissão Permanente Financeira, que diz para excluir a atividade “Ativas”, porque no entender naquele momento era não regulamentada, ficou esclarecido que com relação a essa recomendação está superado. As demais, com toda vênia, com todo respeito, não vejo que o Conselho esteja exorbitando em suas funções. E outro esclarecimento que gostaria de prestar a V.Sa. ... O Conselheiro Efetivo gostaria de fazer alguma consideração?

José Manssur (fora do microfone) – Apenas com acréscimo da rampa.

Presidente – A Diretoria já assumiu o compromisso e consultei o Plenário. o Plenário está tranquilo com relação à rampa, que será incluída dentro da verba, se aprovada pelo Plenário. Há precedentes desta Casa e lembro-me muito bem deles, um quando da gestão do eminente Presidente Alberto Fasanaro, naquela oportunidade ficou muito claro a este Plenário e desde então nós estamos deliberando nesse sentido, de que resoluções emanadas deste Plenário com recomendações, tendo caráter vinculativo devem ser sim normas a serem respeitadas pelo Esporte Clube Pinheiros. Então, assim será. O quesito será submetido e, claro, o Plenário dentro de sua soberania vai decidir.

Carlos Edmundo Miller Neto (fora do microfone) – Presidente. Apenas para esclarecer o que a Conselheira Vanessa...

Presidente – O Conselheiro poderia fazer esclarecimento no microfone, por favor, para que todos pudessem ouvir e os associados que nos assistem também, por favor.

Carlos Edmundo Miller Neto – Só a título de esclarecimento e poder encaminhar a votação com segurança para todos os Conselheiros. O assunto colocado pela Conselheira Vanessa, com muita propriedade, trata-se do fluxo luminoso num campo de atletismo ou numa quadra esportiva. Existem normas, ninguém vai fazer um campo esportivo com 100, com 1000 ou com o número que seja, existem normas. A Diretoria fez um estudo e chegou a essa conclusão de um determinado valor. Mas eu tenho certeza absoluta que a Diretoria vai cumprir as normas existentes e é isso que vai acontecer, ninguém vai fazer o que acha que deve, tem norma para isso.

Presidente – Por favor, então, vamos projetar o quesito.

Aloísio Bueno Buoro – Presidente?

Presidente – Pois não.

Aloísio Bueno Buoro – O senhor vai encaminhar minha proposta antes ou depois?

Presidente – A proposta, pelo que entendi com relação ao acompanhamento da execução da obra pelas Comissões Permanentes Financeira e de Obras, a meu sentir, Conselheiro, é uma atribuição da Comissão fazer esse acompanhamento e requisitar informações da Diretoria. Eu entendo que V. Sa., enquanto Presidente da Comissão Permanente Financeira poderá fazer sim essa requisição à Diretoria e a Diretoria terá condições de apresentar as informações na medida em que a obra for sendo executada. Não me parece que haja necessidade, até porque no Regimento Interno da Diretoria, o Art. 67 já traz, embora numa fase prévia, mas já traz a obrigatoriedade de participação de pareceres prévios da Comissão de Obras, Financeira e Jurídica. Então, como consequência dessa determinação que já consta do Regimento Interno da Diretoria, me parece que não haja necessidade dessa deliberação pelo Plenário. Mas gostaria de ouvir Vossa Senhoria.

Aloísio Bueno Buoro – Obrigado. É que não é necessariamente um parecer prévio ao qual me referi.

Presidente – Não é o prévio, é durante a execução da obra?

Aloísio Bueno Buoro – Correto.

Presidente – Sim.

Aloísio Bueno Buoro – Então, não caberia esse artigo ao qual o senhor se referiu.

Presidente – Eu disse que já existe essa determinação de que haja essa consideração prévia e como consequência V. Sa. poderá sim fazer essa requisição à Diretoria para que apresente mensalmente esse relatório. Não vejo que o Plenário precisasse deliberar sobre isso. Mas vou fazer o seguinte, primeiro, vamos consultar o Plenário se a questão será ou não aprovada, em seguida formularei.

Votação (utilizando-se keypad)

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam os pedidos de autorização formulados pela Diretoria, para utilizar recursos do Fundo Especial, sendo: R\$5.469.128,30, para reformar a Pista de Atletismo e construir nova área para a atividade “Ativas ECP” (processo CD-08/2024); R\$1.309.950,96, para implantação de novo sistema de iluminação LED e de sistema de irrigação para a Pista de Atletismo (processo CD-10/2024); e, R\$91.748,53, para reforma da Casa do Atletismo (processo CD-11/2024), considerando como determinações as recomendações formuladas nos pareceres proferidos pelas Comissões Permanentes Financeira e de Obras, exceto a recomendação do item 2 constante do parecer da Comissão Permanente Financeira no processo CD-08/2024?

Resultado: 108 votos SIM, 31 votos NÃO e 01 ABSTENÇÃO.

Presidente – Foram aprovados os pedidos de autorização formulados pela Diretoria, objetos dos processos CD-08, 10 e 11, considerando como determinações as recomendações formuladas nos pareceres proferidos pelas Comissões Permanentes Financeira e de Obras, exceto a recomendação do item 2 do parecer da Comissão Permanente Financeira. Senhores, há um pedido formulado pelo Presidente da Comissão Permanente Financeira e vou submeter ao Plenário se concorda ou não concorda com a proposta formulada pelo Presidente da Comissão Financeira, para que a Diretoria apresente relatórios mensais acerca da execução das obras, tendo em vista aprovação agora dos pedidos de autorização.

José Manssur (fora do microfone) – Presidente, eu proponho, essa forma de votação é simbólica, para racionalização dos trabalhos, proponho também de forma simbólica que o senhor consulte na expectativa de quem estiver de acordo com determinada postura do Plenário, quem não estiver de acordo, outra postura.

Presidente – Conselheiro José Manssur, com máximo respeito, nós temos hoje esse aparelho e todos estamos utilizando bem. O quesito já está pronto, questão de 2 segundos eu já vou projetar. Conselheiro Lomonaco gostaria de fazer um esclarecimento?

Alexandre Perrone Lomonaco – Sim. Apenas para esclarecimento, nós estamos considerando que está nessa proposta do Presidente da Comissão Financeira estas únicas três obras aprovadas, não todas as obras.

Presidente – Apenas as três obras.

Alexandre Perrone Lomonaco – Porque se referisse às outras obras teria que ser uma alteração regimental.

Presidente – Não tenha dúvida.

Alexandre Perrone Lomonaco – Ok. Obrigado. Está entendido.

Votação (utilizando-se keypad)

Quesito: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam a proposta formulada em Plenário pela Presidência da Comissão Permanente Financeira, para que a Diretoria apresente relatórios mensais sobre a execução das obras objeto dos processos CD-08/2024, CD-10/2024 e CD-11/2024, aprovadas pelo Conselho Deliberativo?

Resultado: 94 votos SIM, 29 votos NÃO e 01 ABSTENÇÃO.

Presidente - Está aprovada a proposta formulada em Plenário pela Presidência da Comissão Permanente Financeira, para que a Diretoria apresente relatórios mensais sobre a execução das obras objeto dos processos CD-08/2024, CD-10/2024 e CD-11/2024, aprovadas pelo Conselho Deliberativo. Senhores e Senhoras, iremos então ao item 5 da Ordem do Dia.

José Manssur (pela ordem) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem com relação aos itens 5 e 6, que observássemos a mesma sistemática, uma só discussão, uma só deliberação, porque o objeto imediato são obras no Tênis, não há condição de se fazer uma, se fazer a outra, elas estão atadas pelo vínculo da conexão. Então, devemos observar apenas uma discussão para ambos os itens e uma só deliberação, é respeitosamente a proposta que encaminho a Vossa Senhoria.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Com licença, eu peço até desculpas pelo adiantando da hora e até ao Conselheiro Manssur, eu entendo que os senhores estão aqui querendo já votar mais rapidamente possível, mas esse caso é um pouco diferente, porque o item 5 trata apenas de manutenção. É uma quadra de saibro que simplesmente vai se reformar para ter as condições normais de uma quadra de saibro. Ao passo que o item 6 é diferente; o item 6 é melhoramento. Então, é possível sim, Dr. Manssur, ousar aqui discordar do senhor, mas é possível sim aprovar o item 5 e não aprovar o item 6, inclusive acho que é encaminhamento de voto de alguns dos colegas aqui do Plenário. Então, peço até desculpas por mantê-los aqui até tarde, mas tem que ser separado, perdoe-me, Dr. Manssur.

José Manssur – Eu acredito que é um preciosismo, com a devida vênia, Sr. Presidente, desnecessário, com todo respeito. Eu vou ler o item 5: Utilização do Fundo Especial para 12 (doze) quadras de saibro e 2 (duas) de cimento. O item 6 é de irrigação. Claro que não na de cimento, mas sim nas de saibro. Óbvio que existe certa conexão, porque se nós já estamos a reformar as quadras de saibro, colocando outro piso, a Diretoria no exercício da gestão, notando a necessidade de uma melhor irrigação, obviamente que já se poderiam fazer ambas as obras conjuntamente. Fazer-se uma e não se fazer outra é quebrar a simetria, é quebrar a identidade das obras. É como penso, é como voto, respeitando a opinião contrária. Mas a Mesa vai deliberar.

Presidente – A Mesa vai deliberar, mas eu queria fazer uma consideração em respeito aos dois Conselheiros que me fizeram esses questionamentos. Se a discussão pudesse ser feita de forma aglutinada e por ocasião da votação faríamos separadamente. Pode ser, Conselheiro?

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Perfeito.

Presidente – Que aí talvez nós ganharíamos tempo, mas ao mesmo tempo atenderia o pleito de Vossa Senhoria. Vou apregoar os itens 5 e 6 da Ordem do Dia.

Paulo Sérgio Machado Izar – Dr. Guilherme, só uma licença, o seguinte, quantas pessoas têm inscritas, por favor?

Presidente – No item 5, o Conselheiro Luiz Carlos Junqueira e no item 6, Luiz Carlos Junqueira e o Conselheiro Sérgio Henrique de Sá.

Paulo Sérgio Machado Izar – São 11h30.

Presidente – Sim, eu vou consultar o Plenário.

Paulo Sérgio Machado Izar – Sabe por que, Padin? Porque nós já tínhamos poucos representantes do Conselho aqui e já deve ter saído uns 30, 40 agora. Por isso que eu digo sempre, muita gente não ouve, que é importante a gente ter um controle de saída também, que acho uma falta de respeito com o associado e com quem fica aqui, um bando de gente, desculpe-me falar dessa forma, que vai embora, ficam aqui alguns poucos para deliberar. E depois reclamam que não tem representatividade, coisas assim. Na hora de pedir voto é fácil.

Luiz Carlos Augusto Meza (pela ordem) – Presidente, pela ordem. Só para tentar ajudar, essas quadras serão reformadas, estamos no mesmo pé da quadra de atletismo. Quer dizer, se faz a quadra de atletismo, depois quebra para fazer irrigação, só para elucidar. Então, já que vai fazer a reforma, os dois itens estão juntos, já faz a irrigação. Senão vai fazer a quadra, depois vai quebrar a quadra de novo.

Item 5 - Apreciação do processo CD-14/2024, referente ao pedido de autorização formulado pela Diretoria, para utilizar recursos do Fundo Especial no valor de R\$1.856.914,77, para reformar 12 (doze) quadras de saibro e 2 (duas) quadras rápidas de Tênis.

Item 6 - Apreciação do processo CD-15/2024, referente ao pedido de autorização formulado pela Diretoria, para utilizar recursos do Fundo Especial no valor de R\$661.235,36, para implantar sistema de irrigação automatizado para 12(doze) quadras de saibro de Tênis.

Pronunciamentos:

Presidente – Foram ouvidas as Comissões Permanentes de Obras, Financeira, de Esportes e Jurídica, cujos pareceres V. Sas. receberam por ocasião da convocação. Em seu parecer, a Comissão de Obras formulou uma recomendação, nos seguintes termos: “Recomendação: Nessa solicitação, a Diretoria informou que “as quadras rápidas serão executadas paralelamente às de saibro”. Para não prejudicar as atividades do tênis, a Comissão Permanente de Obras recomenda que nunca sejam interditadas simultaneamente mais do que uma quadra de tênis, independente delas serem rápidas ou de saibro.” E conclui que a matéria está em condições de ser apreciada pelo Egrégio Conselho. A Comissão Permanente de Esportes por sua vez manifestou-se no seguinte sentido: “o procedimento para a reforma das Quadras de Saibro e Quadras Rápidas de Tênis está de acordo, podendo ser deliberado pelo Conselho Deliberativo.” E, anexando, “a título de informação, um orçamento de uma empresa que atua no mesmo seguimento, responsável por quadras de grandes eventos, destaca que ‘O acompanhamento desta manutenção pelos Diretores e Assessores da área é altamente recomendável.’” Finalmente, a Comissão Jurídica apontou o seguinte: “Como se vê no caso vertente, o requerimento visa a obtenção de autorização para a utilização de recursos

financeiros do Fundo Especial que serão destinados a importantes obras de manutenção e reparos com palpáveis e evidentes benefícios aos associados. A justificativa e o escopo da obra vêm bem delineados e fundamentados, conseqüentemente a matéria está apta a ser deliberada por este Egrégio Conselho Deliberativo. A matéria está em discussão. Existem dois Conselheiros inscritos, já que vamos tratar conjuntamente dos itens 5 e 6, o Conselheiro Luiz Carlos Junqueira e o Conselheiro Sérgio Henrique de Sá.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – ... Vou tentar ser bastante sucinto aqui. Bem, eu jogo Tênis e estou com bastante sobrepeso. Então, dadas essas características eu sou a pessoa mais interessada possível numa reforma de quadra, principalmente as quadras de saibro. Então, esse é meu interesse. Mas, no entanto, como foi dito aqui, nós Conselheiros somos de certa forma os guardiões do Fundo Especial, então, a gente tem que fazer algumas considerações e alguns questionamentos. A consideração é a seguinte, quando vi esse item da pauta me causou uma surpresa, porque como tenista, as manutenções de quadra sempre foram feitas corriqueiramente e eu nunca vi – Estou há pouco tempo no Conselho – mas nunca foi feita aprovação de Fundo Especial para obra do Tênis, isso sempre foi feito dentro do Orçamento, inclusive eu perguntei nas reuniões de chapa, e tudo, nas prévias, se isso procedia ou não. E todos me falaram que essas reformas de quadra sempre foram feitas com os recursos do Orçamento e nunca passou pelo Conselho, porque era uma verba considerada regular. Isso, eu queria aliar com uma questão de que ouço bastante no Tênis queixas sobre a manutenção das quadras, de que de uns anos para cá, principalmente depois da pandemia, a manutenção foi deixada de lado. Então, a minha preocupação com isso... Ah, somente um adendo, que até a pandemia existia uma equipe que fazia manutenção no período da madrugada, então, quando o Clube estava fechado as pessoas trabalhavam e cuidavam da quadra. Então, quando o Clube abria as portas, às 6h da manhã, as quadras estavam com a manutenção. Isso parou. Então, eu vejo nesse pedido esse ineditismo de nunca ter sido feito pedido de Fundo Especial para quadra de Tênis e queria saber o seguinte – E isso as Comissões de Obras e as Comissões Financeiras foram omissas nesse sentido nos pareceres – queria saber o seguinte: Qual é o histórico de pedidos de Fundo Especial para reformas de quadra? Existe ou não? Eu precisaria dessa confirmação. Eu precisaria também de uma confirmação, até que ponto a necessidade de se fazer uma reforma de quadras desse item e com essa envergadura de R\$ 1.800.000,00, não é um resultado da falta de manutenção ou da má manutenção. Então, esses pontos precisam, porque estas questões estão já no Departamento do Tênis. ... Até complementando o que foi dito com o Dr. Manssur, por que fiz o pedido separado e por que entendo que são dois itens separados? As quadras de saibro desde que o Clube é Clube não têm irrigação automática, elas têm irrigação manual, são feitas com as mangueiras, que a gente vai lá e quando quer molha as quadras na hora que entende, conforme as condições da quadra. O primeiro pedido, item 5, é um pedido de manutenção, quer dizer, reforma, mas a quadra de saibro vai ser entregue exatamente do jeito que as quadras existem. Uma quadra de saibro é uma quadra de saibro, ponto. O segundo item é uma melhoria, que não é necessária de se fazer manutenção automática. Em relação a esse segundo item, as minhas considerações são as seguintes, por que a gente precisa de uma manutenção automática, de uma irrigação automática? Acontece o seguinte, a manutenção de quadras é manual, você tem que passar o rastelo, tem que fazer o rodo para alisar a quadra. A intervenção na quadra é manual, a irrigação é um item. Então,

automatizar isso, primeiro, você pode engessar um procedimento. Engessar em que sentido, por exemplo, nós estamos jogando no mês de janeiro a 30 graus, a quadra está insalubre, você quer molhar a quadra e não consegue, porque existe uma programação da manutenção atual. E durante uma chuva torrencial pode estar programado e no meio da chuva aquilo dispara. Eu não entendo a necessidade de uma tecnologia dessas, eu não entendo a conveniência de uma tecnologia dessas e, sobretudo, vamos falar de preço aqui desse segundo item. O pedido é em torno de R\$ 660.000,00 para 12 quadras. Nós estamos falando, senhores, de R\$ 50.000,00 por quadra por uma coisa que eu, como tenista, não vejo necessidade. Eu acho que inclusive atrapalha. E como foi dito, senão me engano, não sei se foi a Comissão Financeira que falou, porque inclusive você está criando uma possível manutenção, que a boa e velha mangueira não tem esse problema. A boa e velha mangueira, você pega, abre a torneira e molha a quadra. ... Um equipamento desses pode trazer uma despesa que hoje nós não temos. Então, é isso, não é algo bom, é algo que pode ser inclusive ruim. Aí você pode alegar: Ah, mas essa irrigação pode ser um corte de mão de obra. Pior ainda, porque a nossa manutenção piorou, porque mão de obra foi cortada, então, se falar que tem vantagem pelo corte de mão de obra eu acho que é um tiro no pé. E eu digo o seguinte, uma coisa é se eu for dono de um sítio e tenho um caseiro sobrecarregado, talvez eu instale um equipamento desses para aliviar o trabalho desse caseiro. Agora, não é o caso de um Clube, com 24 quadras de Tênis e uma equipe para manutenção. Então, o Clube deve manter a melhor forma de conservação, a melhor forma de manutenção é uma equipe, é mão de obra, são funcionários capacitados, bem remunerados que sabem o que estão fazendo. Cortar isso e automatizar, repito, falo como tenista, pode ser um grande tiro no pé. Isso sem contar o valor, se o Clube tivesse absolutamente com todas as reformas em dia, se nós tivéssemos, vou falar de rampa de novo, se nós tivéssemos uma rampa aqui ou um elevador de acessibilidade nesse palco, se o restaurante tivesse reformado, se todas essas reformas estivessem em dia a gente poderia se dar ao luxo de gastar R\$ 50.000,00 para fazer uma automação. Não é o caso. Se for colocar em ordem de prioridade, é prioridade Z25, tem quinhentas na frente, do que fazer essa obra. Então, o seguinte, eu gostaria de encaminhar meu pedido. Retirada de pauta do item 5, porque eu queria esclarecimentos sobre o passado e esse ineditismo de se usar o Fundo Especial para algo que sempre saiu do Orçamento. E negação do item 6. Agora, somente outra questão, porque como adiantado da hora, estou até um pouco apressado, eu atopelei um ponto. Retirada de pauta do item 5, mas eu queria fazer uma ressalva, até para não atrasar obras que são necessárias. No projeto do item 5 é perfeitamente, você pode perfeitamente destacar as obras das quadras rápidas, que tem orçamento senão me engano de R\$ 128.000,00. E uma obra da quadra rápida, por toda essência, é diferente da obra de saibro. Então, na verdade o item 5 congrega dois itens, duas manutenções diferentes, a da quadra rápida e a da quadra de saibro. Eu fiz uma enquete – Porque confesso que não piso na quadra rápida no Clube por questões óbvias do meu sobrepeso – mas eu fiz uma enquete no Clube e eles disseram que os tenistas do Clube falaram o seguinte, que acha importante manutenção das duas quadras rápidas, somente dessas duas, mas que as quadras rápidas são as que estão em pior estado de manutenção. Então, a minha proposta, aí peço ajuda do senhor, Sr. Presidente, que é o seguinte, eu gostaria de poder, se possível, aprovar os R\$ 128.000,00 para as quadras rápidas, porque é a obra mais urgente e como essa obra será escalonada, ou seja, será feita uma reforma de cada vez, até essa reformar ser aprovada, dá perfeitamente tempo para as quadras de saibro voltarem à pauta, com os

devidos esclarecimentos desse ineditismo. E em relação ao item 6, encaminho meu voto contrário à aprovação, pelas razões que resumi aqui.

Luís Alberto Figueiredo de Sousa (aparte) – Conselheiro Junqueira, meu aparte é no sentido de trazer algumas informações. Hoje nós temos os recursos que constam do nosso Fundo Especial são recursos oriundos da venda de título por edital e de transferência. Quando nós fazemos a prestação de contas isso é somente entrada de dinheiro, não tem nenhuma contrapartida de custo. Esse dinheiro vai integralmente para o caixa do Clube. O Custeio, contrariamente, é aquilo que onera a nossa contribuição mensal. Na demonstração de resultados existe uma rubrica chamada depreciação, que é o desgaste do ativo. Hoje nós desgastamos o ativo na ordem de R\$ 12.000.000,00. Se quiséssemos manter o ativo de uma forma conservada teríamos que repor R\$ 12.000.000,00 em obras de manutenção, em obras novas, para que o ativo fosse sempre conservado e modernizado. Então, nesse sentido, eu gostaria de saber a sua consideração em relação a este uso que o senhor comentou, tendo em vista que é muito expresso em nossos ordenamentos que o uso de recursos do Fundo Especial só pode ser feito pela Diretoria mediante autorização do Conselho. E hoje a Diretoria está pedindo a utilização de recursos do Fundo Especial para uma obra onde a gente está fazendo a reposição dos nossos ativos que estão desgastados. Esse seria, vamos dizer, o conjunto de considerações e o aparte. Agradeço.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Perfeito, obrigado pelas considerações. Entendo todo o raciocínio contábil, agora, a ótica que eu utilizo aqui é uma ótica histórica. Eu acho que sobre o ponto contábil o senhor tem plena razão, agora, historicamente e aí eu preciso de uma confirmação, isso sempre saiu do Orçamento.

...

Ivan Gilberto Castaldi Filho (aparte) – ... O que acontece é que nós reformamos 8 quadras durante a nossa gestão e devido a pandemia, para evitarmos que mandássemos embora a mão de obra que tínhamos lá, nossos funcionários, eles foram treinados para aquilo. Então, foi feito com mão de obra própria com dinheiro de Custeio, mas eu acho que não é o caso de hoje. Hoje nós temos nossos funcionários trabalhando a pleno, como você mesmo disse, talvez até falte alguns e precisamos contratar empresas que façam isso. Com relação à irrigação, eu acho que a modernidade chama isso, porque você pode ter um timer que programe a irrigação à noite, onde não haveria necessidade nem de acender as luzes. Com relação ao tempo, calor, isso e aqui, a mesma coisa, você regula o tempo que isso acontece. Isso nós fizemos aqui na parte de areias com verba de patrocínio. E a irrigação, que foi nas quadras 8 e 9 senão me engano, 9 e 10, também foi feita por mão de obra própria nossa, com know-how aprendido daquilo que foi visto na areia. Então, não vejo porque de não aprovar isso. Não sei se consegui esclarecer de onde vieram os recursos das outras quadras. Obrigado.

Flávio Henrique Rosa Tatit (aparte) – Conselheiro Junqueira, a preocupação que você teve sobre esse ineditismo eu também tive. Eu tinha sérias dúvidas se isso não deveria ir para Custeio ou Investimento, então, o que fiz, liguei para o Gerente Financeiro e ele, após ter

ouvido o Patrimônio, tendo em vista a extensão, como tirar todo o saibro, falou: Não, Tatit, isso pode ser Investimento. Como já foi falado pelo Conselheiro que me antecedeu, ele comentou se existem recursos, que obras e reformas pode se usar Fundo de Investimento, porque vou usar Custeio. Ou seja, eu só não entrei na parte da Comissão de Obras porque não era função nossa, não era função minha entrar, mas eu fiquei preocupado. Só fiquei tranquilo quando o Gerente da Comissão Financeira, após ouvir o Patrimônio, falou: Não, Tatit, está correto, está perfeito isso. E confirmando aquilo que o Ivan falou, essa irrigação vai melhorar, nós vamos economizar, a irrigação será feita provavelmente à noite, nós vamos economizar mão de obra. Então, acho que não tem porque não aprovar isso, acho que só tem vantagem para o Clube.

Luiz Carlos Augusto Meza (aparte) – Suas colocações são muito boas em vários temas, mas acho que no quesito Tênis eu fico até chateado de, assim, dar sugestões sobre o que você falou. O aparte é o seguinte, são perguntas, então vou fazer quatro. O senhor sabe quantos associados têm na seção?

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Agora de memória não.

Luiz Carlos Augusto Meza – Em torno de 4.500 a 5 mil.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Eu ia falar 5 mil.

Luiz Carlos Augusto Meza – O senhor sabe há quantos anos não se faz uma reforma em quadras de Tênis lá, em algumas quadras de Tênis?

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Essa justamente é a pergunta.

Luiz Carlos Augusto Meza – Mais de 15 anos.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Essa é pergunta que eu gostaria, que não consta dos pareceres.

Luiz Carlos Augusto Meza – Então posso lhe dizer, como ex-Diretor de Tênis, que têm quadras lá que faz mais de 15 anos que não são reformadas.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Isso deveria estar no pedido expresso.

Luiz Carlos Augusto Meza – É somente a título de informação para ajudar as pessoas.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Mas é uma informação relevante, é uma informação que deveria instruir o pedido da Diretoria. Então, eu não saber é totalmente justificável.

Luiz Carlos Augusto Meza – Aqui é só para ajudar, porque é estritamente necessária essa obra, então, é intuito de ajudar. O senhor sabia que nós temos seis quadras já com irrigação, que foi aprovada pela Lei de Incentivo que o Departamento do Tênis pegou? Seis quadras que serão

bancadas pela Lei de Incentivo e nós vamos fazer outras seis, né? Mais 12. Então, assim, é tudo um processo nessa seção do Tênis que precisa ser feito. Você como tenista, que disse que está com sobrepeso, tudo isso, sabe da necessidade de ter essa quadra e nós temos aqui a oportunidade de aprovar isso. Se é do Custeio, assim, não vou entrar nesse mérito, mas a necessidade existe, está muito bem embasada. Fizeram um trabalho muito bom e eu espero que o Conselho aqui consiga visualizar dessa maneira e não se a conta vem do Custeio ou se vem dos caixas 2 ou 3, não sei de onde.

Presidente – Conselheiro, qual é o aparte?

Luiz Carlos Augusto Meza – Era somente essas perguntas, se ele sabia e ir adiante.

Presidente – Conselheiro Luiz Carlos, gostaria de fazer pronunciamento?

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Sim.

Presidente – Então, vamos lá.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Bem, essa questão do Custeio e do fundo de obras, já tivemos algumas considerações sobre o ex-Presidente Ivan, só que ele trouxe o passado da gestão dele, só que existe isso, estou te falando, o Clube tem quantos? O Clube tem 126 anos, quer dizer, isso é inédito, deveria ter sido informado desse ineditismo. Com relação a ser de Custeio, ser de Investimento, o que eu pondero é que a gente precisa zelar pelos recursos dos fundos de obras, porque nós tratamos aqui de obras importantíssimas e que a gente precisa desse recurso para tratar coisas, como o próprio prédio do Tênis. Então, por exemplo, existe um projeto de um prédio do Tênis, precisa ser deliberado. Existe um projeto de um segundo Poli. Então, para isso, esse tipo de projeto a gente precisa do quê? A gente precisa do fundo. Então, o fundo começar a ser usado para obras que anteriormente eram de Custeio, por mais que eu tenha recebido informações do Conselheiro Tatit, por mais que eu tenha recebido informações contábeis do Conselheiro Luís, eu fico muito preocupado, porque é um precedente que precisa ser ponderado pelo Conselho esse uso de verbas de Custeio. E, por exemplo, o Conselheiro Pucci mencionou que conseguiu fazer essas obras de irrigação com Lei de Incentivo ao Esporte, então, é importante também ser considerado isso, porque agora vai se considerar o nosso fundo de obras. Tenho sérias considerações sobre os benefícios, confesso que não fiquei convencido de que essa irrigação automática vai trazer tantos benefícios. Insisto que nós precisamos de mão de obra e, de novo, insisto que aí é uma questão sempre de prioridade. É claro que a Diretoria tem o poder discricionário de fazer as pautas, de fazer os pedidos, mas nós temos tantas outras prioridades do que colocar essa irrigação automática e isso eu entendo como tenista e creio que os Srs. Conselheiros devem ponderar também se essa é uma obra prioritária e se não existem 500 outras obras muito mais importantes a serem feitas.

Presidente – Conselheiro Luiz Carlos concluiu o pronunciamento?

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Perfeito. É isso.

Severiano Atanes Netto (aparte) – O senhor ia colocar o item 5 e depois o item 6. Agora, ele deu preferência a falar sobre o item 6 e eu acho que isso criou uma confusão. Eu estou correto?

Presidente – Não, o Plenário decidiu que nós poderíamos deliberar conjuntamente os itens 5 e 6.

Severiano Atanes Netto – Então, está bem. Acho que são itens diferentes.

Presidente – Serão votados em separado, mas discutidos de forma conjunta.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Então, só repetir para o Conselheiro, que dizer...

- Manifestação de Conselheiros no plenário.

Presidente – Conselheiro Luiz Carlos tem a palavra, por favor.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Então, por favor, foi feita uma dúvida e precisa esclarecer. Eu não sou contra as obras, estou pedindo uma retirada de pauta para que isso seja melhor analisado pelas Comissões e o que eu falei, que não vai atrapalhar o cronograma se nós começarmos com as quadras rápidas, porque são as quadras prioritárias. Então, o meu pedido era de aprovação dos R\$128, porque as quadras rápidas são as que estão em pior estado de conservação, e depois as de saibro, em seguida. Então, não atrapalha o cronograma e espero que mais informações voltem aqui em relação às quadras de saibro, sem prejudicar nenhum cronograma.

Presidente – Já está esclarecido, eu vou submeter à votação.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Rapidamente, Sr. Presidente. ... Até a priorização da execução das quadras rápidas não há nenhum problema, pode ser executada inicialmente, como pode começar por ela. Quero salientar o seguinte, que estas intervenções das quadras de saibro são muito profundas, porque vamos escarificar até o final do sistema de drenagem. Vão ser refeitas as linhas, refeitos postes, redes, canaletas, é uma reforma profunda, é uma intervenção profunda. E para fazer isso com a equipe de manutenção, o Clube não tem a menor condição de fazer isso sem contratar muita gente, isso demanda muito tempo. Além do mais, todas essas necessidades aqui não foram impostas pela nossa Diretoria de Patrimônio, isso foi imposto pelos usuários, os tenistas que estão pedindo isso, o Departamento de Tênis que tem lá, seus Gerentes, têm os Diretores, Diretores Adjuntos que pediram para fazer isso. Então, é uma necessidade grande, uma necessidade imposta por eles. E o sistema de irrigação, além de ser um sistema que pode ser controlado a hora que quiser, porque é só apertar um botão, ele não é totalmente automatizado o tempo todo, podem ser feitas intervenções a hora que precisar. É um sistema moderno, é modernização para deixar as condições de mais umas quadras melhores para o Clube. É isso.

Presidente – Muito obrigado, Conselheiro Luiz Carlos, Diretor Gerson. São 23h58, eu vou precisar consultar o Plenário se me autoriza prorrogar por mais meia hora.

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Não.

Presidente – 15 minutos?

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Não.

Presidente – Olhem, nós temos o Conselheiro Sérgio Henrique de Sá, Conselheiro Andreas Fein, Conselheiro José Manssur inscritos. Nós temos ainda “Voz do Conselheiro” e Várias. Então, vamos prorrogar por 15 minutos? ... Senhores, eu preciso do auxílio do Plenário hoje, o que o Plenário quer?

- Manifestação de Conselheiros no plenário: 15 minutos, meia hora.

Presidente – Então, vamos prorrogar por 20 minutos, está bom? Vamos lá. Vamos ouvir o Conselheiro Sérgio Sá.

Sérgio Henrique de Sá – Sr. Presidente, demais Membros da Mesa, meus amigos Conselheiros...

José Manssur – Me permita, Dr. Sá?

Sérgio Henrique de Sá – Pois não, lógico.

José Manssur – Com muita honra. Já há um Conselheiro na tribuna, nós o ouviríamos e o ouviremos. Com fundamento no Art. 61, é uma prerrogativa regimental, peço a V. Sa., eu abro mão da minha fala, porque o pedido é reforma e reforma é Fundo de Investimento, que o senhor consulte o Plenário e já ingressemos de rijo na votação.

Presidente – Conselheiro Sérgio, com a palavra.

Sérgio Henrique de Sá – Antes de qualquer aparte que venha por parte do Pucci, a quem tenho respeito e consideração, e com qualquer tenista, eu ingresse no Clube em 1981 e sou tenista desde os 4 anos. O fato de eu ter ido até os 16 como tenista, eu tenho respeito e consideração por todas as quadras de Tênis. Eu não vim aqui pedir para tirar de pauta, eu vim só questionar duas coisas e encaminhar a votação para você que não é tenista, porque quem é tenista, lógico, assim como eu, não me inscrevi no item 5, que fala sobre as reformas das quadras. As quadras estão em estado infelizmente muito precário, muitas delas precisam ser reformadas, primeiro ponto. Segundo ponto, é a decisão de vocês leigos, que não joga Tênis ou que não tem ideia do que está acontecendo, é somente isso que vim esclarecer e vou botar à disposição de vocês, porque vou votar a favor das quadras, porque acho que tem que reformar, inclusive a quadra rápida, na qual joguei, mesmo com meu pequeno sobrepeso, não estou tão com sobrepeso,

mas meu joelho, graças a Deus minha perna funciona, então estamos lá jogando na quadra rápida, que está horrorosa, entendeu, Dr. Miller. Muito ruim. Mas, vamos lá, o Clube está disposto a investir na eficiência e sustentabilidade em longo prazo com implantação do sistema automático em 12 quadras, se é uma boa opção ou não. Eu fui verificar – Não estou falando aqui de orelhada, viu, Pucci, que não é só porque você foi Diretor do Tênis, eu estudei bastante e, além de advogado, jornalista e hoje empresário na área de comunicação – eu fui estudar todos os projetos, até no Ceará de que existe realmente essa irrigação automática. Então, não é porque não fui Diretor que não conheço, primeiro ponto. Segundo ponto, o foco, essa redução imediata dos custos e a melhoria na qualidade e longevidade das quadras. O que aconteceu na época do Dr. Ivan Castaldi é que estávamos na pandemia, tínhamos muito menos tenistas e obviamente aconteceu o problema de sempre, a gente não tinha como trazer mão de obra externa, não tínhamos jogos nas quadras. Óbvio, utilizamos a mão de obra própria, que foi assim que funcionou pelo menos acho que 10 ou 12 – O Ivan me corrige – que foram refeitas e muito bem refeitas. Algumas com alguns ajustes, que não era mão de obra superespecializada, mas funcionou, graças a Deus, por isso que a gente tem algumas quadras hoje muito boas. Então, o que eu quero de você, Conselheiro e Conselheira que estão aqui, é verificar se você quer gastar R\$ 700.000,00, R\$666 e uns quebrados, né, Gerson, mais ou menos ou se você quer, o que eu peço hoje aqui, aí eu não peço para retirar, para que volte, que não foi retirada por conta da pandemia, a bendita da equipe de quatro funcionários, que custam – Eu fui verificar uma projeção de cinco anos quanto custaria quatro elementos para trabalhar à noite, garantir a longevidade dessas quadras que estarão reformadas, inclusive. É somente isso, quanto custa mais, gastar R\$ 660.000,00 para usar o sistema de irrigação, que é questionável em muitos estados e clubes, inclusive aqui de São Paulo, como o Paineiras, como o Paulistano, eu fui verificar também junto aos dirigentes de lá, eu não estou aqui de orelhada, eu não venho aqui no chute, eu leio, vou pesquisar, estou falando para vocês o seguinte, você, sócio, você tem o poder de decisão do Plenário, quer fazer esse investimento de R\$ 666.000,00 e uns quebrados ou quer as quadras reformadas, isso é ponto pacífico. E quero avaliar outra opção, como, por exemplo, colocar a manutenção noturna de volta, porque a manutenção noturna, senhoras e senhores, é que dá a longevidade, a umidade que o saibro tanto precisa para poder utilizar. Não vou conceder apartes, não adianta nem levantar, De Luccia. Estou somente avisando, porque a gente tem que terminar a discussão. Estou colocando, Gerson, com todo respeito que te devo, você fez uma exposição extremamente clara aqui como Diretoria e não quero entrar em ato de gestão coisíssima nenhuma, Toni, fique tranquilo, eu acho que temos que ser ponderados.

Antonio Moreno Neto (fora do microfone) – Mas você está entrando.

Sérgio Henrique de Sá – Não estou. Uma abordagem mista, começando com automação de 12 quadras, então, coloque-se essas 12 quadras, mas não faça isso nas outras. Verificar o que funciona melhor, para a gente ter uma ordem de custo para que essa automação seja garantida. Só isso, perfeito, Presidente? Concordo com o item 5, está mais do que claro, já declaro meu voto a favor da reforma. E o item 6, a gente avaliar, faça a reforma, mas não precisa implantar esse sistema e sim voltar a equipe de manutenção noturna. Só isso. Obrigado. Boa noite.

Luiz Carlos Augusto Meza – Presidente, pela ordem. É que eu fui lembrado, então me senti no direito de vir aqui.

Sérgio Henrique de Sá – Não, Pucci, eu tenho que te conceder aparte. É somente isso que estou falando aqui, estudei tanto quanto você.

...

Presidente – Ele o citou, mas não de forma desonrosa nem pejorativa, apenas fez uma citação, mas o Conselheiro Pucci gostaria de fazer algum pronunciamento na tribuna?

Luiz Carlos Augusto Meza (fora do microfone) – Não.

Presidente – Então, vamos lá. Há um pedido regimental para que consulte se o Plenário está suficientemente esclarecido. Então, vou consultar o Plenário se está suficientemente esclarecido. Aqueles que estiverem de acordo, ou seja, entender que o assunto está esclarecido, permaneçam como estão. Aqueles que forem contrários, queiram levantar-se. Então, por unanimidade, todos entenderam que o assunto está devidamente esclarecido. Está encerrada a discussão. Vamos formular o quesito. Entendi, Conselheiro Luiz Carlos, apenas para que possa encaminhar, há um pedido proposto por V. Sa. para que a autorização fique tão somente restrita à reforma das quadras rápidas. Entendo que essa proposta é prejudicial à proposta formulada pela Diretoria, portanto, vou submeter à votação primeiramente a proposta apresentada pelo Conselheiro Luiz Carlos, que entende que o pedido de autorização deva se restringir à reforma das duas quadras rápidas. Se for rejeitado, submeterei então a proposta da Diretoria tal como formulada. Está esclarecido o Plenário, posso formular o quesito? Obrigado. Então, vamos lá.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Sr. Presidente, desculpe-me, você colocou que se for aprovada a proposta dele, não coloca em votação as de saibro?

Presidente – Não.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Então seriam somente as rápidas?

Presidente – Somente as rápidas, me parece que está muito claro.

- **O Conselheiro José Manssur manifesta-se fora do microfone.**

- **Conversas paralelas.**

Andreas de Souza Fein – Presidente, a quantidade de usuários das quadras de saibro é infinitamente maior do que a quantidade dos usuários das quadras rápidas, elas precisam ser

reformadas, mas a programação da Diretoria está perfeitamente clara, lógica e atender às necessidades dos tenistas. Colocar em votação simplesmente só as quadras rápidas ou impor a programação do que fazer vai totalmente contra a proposição da Diretoria e contra o interesse da total maioria dos tenistas. Quer dizer, não tem sentido isso.

José Manssur – Sr. Presidente, em acréscimo, o pedido da Diretoria é certo e objetivo, ele não pode ser inovado em Plenário sem a oitiva até das Comissões. Nós temos que decidir o pedido feito por um órgão, que é o órgão executivo no exercício do Art. 51 do Estatuto Social. Ou bem se aceita o item 5, se o senhor desmembrar a votação. O item 6, se o senhor desmembrar a votação ou não se aceita. Agora, alterá-lo, modificá-lo, o senhor como brilhante advogado sabe, o juiz, e nós aqui estamos a julgar, ele decide na conformidade do pedido formulado. Desculpe o preciosismo, mas isso se chama princípio da substanciação ou da asserção, decide-se de acordo com o que se pediu. Ou se aceita ou se rejeita.

Presidente – Eu vou acatar a consideração.

Luiz Carlos Junqueira Franco Filho – Presidente, com licença. Assim, o pedido é, faça primeiro os dois e depois põe à apreciação.

- Manifestação de Conselheiros no plenário.

Presidente – Conselheiro Luiz Carlos, há um clamor aqui do Plenário, eu vou atender ao clamor do Plenário, vamos submeter a proposta tal como veio pela Diretoria. Se rejeitada submeterei à votação a proposta formulada pelo Conselheiro Luiz Carlos Junqueira.

Quesito do Item 5: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam pedido de autorização formulado pela Diretoria, para utilizar recursos do Fundo Especial no valor de R\$1.856.914,77, para reformar 12 (doze) quadras de saibro e 2 (duas) quadras rápidas de Tênis, objeto do processo CD-14/2024?

Resultado: 97 votos SIM, 16 votos NÃO e 03 ABSTENÇÕES.

Presidente - Foi aprovado o pedido de autorização formulado pela Diretoria, ... ficando conseqüentemente prejudicada a proposta formulada pelo Conselheiro Luiz Carlos Junqueira. Vamos agora então submeter o quesito com relação ao item 6 da Ordem do Dia.

Diretor de Área de Patrimônio, Gerson Aguiar de Brito Vianna - Sr. Presidente, só um lembrete a todos que vão votar, que é o seguinte, fazendo-se as reformas, abrindo-se as quadras para fazer reforma, é o momento oportuno, lógico e claro de se fazer irrigação. Não tem sentido fazer primeiro as quadras e no ano que vem fazer irrigação.

Presidente – Vamos projetar então o quesito.

Quesito do Item 6: As Conselheiras e os Conselheiros aprovam pedido de autorização formulado pela Diretoria, para utilizar recursos do Fundo Especial no valor de R\$661.235,36, para implantar sistema de irrigação automatizado para 12 (doze) quadras de saibro de Tênis, objeto do processo CD-15/2024?

Resultado: 77 votos SIM, 43 votos NÃO e 01 ABSTENÇÃO.

Presidente - ...Está aprovado o pedido de autorização formulado pela Diretoria. Senhores, muito obrigado.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:

Presidente em exercício – Informou quantos Conselheiros tinham comparecido à reunião e deu por encerrados os trabalhos aos dezesseis minutos do dia 30 de julho de 2024.

* * *

Obs.: esta Ata foi integralmente aprovada na 761ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 26 de agosto de 2024.

GUILHERME DOMINGUES DE CASTRO REIS
Presidente do Conselho Deliberativo

ALESSANDRA PINHEIRO FACHADA BONILHA
Primeira Secretária do Conselho Deliberativo